

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**Renata Cristina Santos**

**ENTRE “TERRITÓRIOS”: uma análise cultural e política de uma  
comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG**

**Diamantina  
2016**



**Renata Cristina Santos**

**ENTRE “TERRITÓRIOS”: uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Área de Concentração: Política, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos.

**Diamantina-MG  
2016**

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária: Jullyele Hubner Costa CRB-6/2972

S237e Santos, Renata Cristina.  
2016 Entre "territórios": uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG / Renata Cristina Santos. – Diamantina : UFVJM, 2016.  
97 p.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos

Dissertação (mestrado) –Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, 2016.

1. Vale do Jequitinhonha. 2. Territorialidade. 3. Atingidos por barragem. 4. Camponeses. 5. Reassentados. I. Mattos, André Luís Lopes Borges de. II. Título.

**CDD 306**

Elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Renata Cristina Santos**

**ENTRE “TERRITÓRIOS”: UMA ANÁLISE CULTURAL E POLÍTICA DE  
UMA COMUNIDADE ATINGIDA PELA HIDRELÉTRICA DE IRAPÉ NO ALTO  
JEQUITINHONHA-MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, nível de Mestrado, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos

Data da aprovação 18/02/2016

---

Prof. Dr. Mateus de Moraes Servilha - UFVJM

---

Prof. Dr. Claudenir Fávero - UFVJM

---

Prof. Dr. Guilherme Mansur Dias - INCRA

---

Prof. Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos - UFVJM

**Diamantina**

Para minha mãe, Helena e meu pai, João.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe, Helena e meu pai, João, por acreditarem que fosse possível realizar o mestrado. Agradeço a dedicação, auxílio, atenção e carinho. À minha irmã Vanessa, pela presença em alguns momentos dessa jornada e ao meu irmão Anderson por fazerem parte da minha vida. Agradeço ainda, minhas tias e primos Neuber, Vinícius e Dênnis pela acolhida em Diamantina nos primeiros momentos do curso.

Às colegas do mestrado, Taciana e Luana pela companhia durante o curso, ao colega Daniel pela companhia em momentos importantes, e pela leitura deste trabalho e seus apontamentos. Agradeço também aos demais colegas de curso pela convivência, ainda que breve.

Aos professores do mestrado pelos diversos ensinamentos compartilhados.

Ao orientador André Mattos pela disponibilidade de tempo para dialogar sobre a dissertação, pelos relevantes comentários referentes a este trabalho e sugestões que possibilitaram realizar o trabalho de campo.

Ao professor Mateus e a professora Teresa, que participaram da qualificação e fizeram comentários indispensáveis à finalização deste trabalho.

À Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pela bolsa concedida e que contribuiu para que eu pudesse realizar o curso.

De maneira geral, agradeço ao MPICH - Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas que proporcionou minha volta para casa.

Meus sinceros agradecimentos aos reassentados, pela acolhida na comunidade, em suas casas, pelo convívio, pelas entrevistas concedidas e por possibilitarem a realização deste trabalho.

Agradeço a todos e todas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho, e possibilitaram alguma forma de aprendizado e de reencontro.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização de “atingidos” pela instalação da hidrelétrica de Irapé localizada no rio Jequitinhonha. A instalação de uma obra de grande porte, como a Irapé, considerada uma das maiores hidrelétricas do Brasil, ocupa uma área de grande proporção e promoveu o deslocamento de muitas famílias, a maioria composta por camponeses. Dessa forma, muitas pessoas foram realocadas em outros lugares. Procura-se, então, analisar como os “atingidos” pela Irapé e reassentados no Alto Jequitinhonha estabelecem novas relações com o território e recriam um sentido de pertencimento nesse território. Essa análise é, assim, direcionada às ações e práticas criadas pelos reassentados no novo lugar em que se encontram. As conclusões referentes a este trabalho revelam que ocorreram mudanças nos modos de vida dos atingidos, provocadas pela instalação da hidrelétrica e que, os processos socioculturais dos reassentados não serão novamente reproduzidos no atual território em que se encontram.

**Palavras-chave:** Vale do Jequitinhonha; territorialidade; atingidos por barragem; camponeses; reassentados.



## **ABSTRACT**

The objective of this work is to understand the process of deterritorialization and reterritorialization of "affected" by the hydroelectric installation Irapé located in the Jequitinhonha River. The installation of a large-scale works such as Irapé, considered one of the largest hydroelectric dams in Brazil, covers an area of great proportion and promoted the displacement of many families, mostly composed of peasants. Thus, many people were relocated elsewhere. Wanted then how to analyze the "hit" by Irapé and resettled in Alto Jequitinhonha establish new relations with the territory and recreate a sense of belonging in that territory. This analysis is thus directed to the actions and practices created by resettled in the new place they are in. The findings of this work show that changes occurred in the affected livelihoods caused by the installation of the dam and that the sociocultural processes of resettled will not be played again in the current territory in which they are.

**Keywords:** Jequitinhonha Valley; territoriality; affected by the dam; peasants; resettled.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: O Vale do Jequitinhonha.....	36
Figura 2: A hidrelétrica de Irapé.....	62
Figura 3: Área de abrangência da hidrelétrica de Irapé .....	63

## **LISTA DE SIGLAS**

CAMPO VALE - Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

EIA/RIMA- Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

LI/LO/LP - Licença de Instalação/Licença de Operação/Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MST-Movimento dos Trabalhadores sem terra

MPF - Ministério Público Federal

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCB- Partido Comunista Brasileiro

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 .....	17
O VALE DO JEQUITINHONHA E O “DESENVOLVIMENTO” .....	17
1.1 A Hidrelétrica de Irapé e o conceito de “desenvolvimento” .....	18
1.2 Breve histórico sobre hidrelétricas no Brasil .....	26
1.3 Considerações acerca do Vale do Jequitinhonha e dos “grandes projetos” .....	35
CAPÍTULO 2 .....	43
TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA .....	43
2.2 A Irapé e o processo de desterritorialização e reterritorialização .....	52
2.3 A memória .....	59
2.4 Atingidos pela hidrelétrica de Irapé: entre a partida e a chegada .....	61
CAPÍTULO 3 .....	75
“TERRITÓRIOS” .....	75
3.1 A apropriação do território .....	75
3.2 A religiosidade .....	80
3.3 Entre “territórios” .....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	87
REFERÊNCIAS .....	91
ANEXOS .....	99
1 - Termo de Consentimento livre e Esclarecido (TCLE) .....	99





## INTRODUÇÃO

A partir da hidrelétrica de Itaipu, a sociedade brasileira tem observado a crescente presença de barragens, tais como Tucuruí, Itaparica, Capanema, entre outros. Em todos esses megaprojetos estiveram presentes o autoritarismo e o desrespeito ao meio ambiente. O drama vivido pelas populações atingidas pelos projetos hidrelétricos engloba nações indígenas, trabalhadores rurais e diversas populações (WALDMAN, 1997).

A construção de imensas usinas desloca milhares de pessoas e compromete formas tradicionais de vida. Devido à dificuldade de mensurar custos ambientais (WALDMAN, 1997), é costume elencar impactos ambientais de difícil avaliação e danos como a destruição de relações econômico-culturais mantidas pelas populações tradicionais com seus espaços ambientais.

Mesmo o Rima (relatório de impacto ambiental) e o EIA (estudo de impacto ambiental) que em tese possibilitariam ao poder público rejeitar a implantação de empreendimentos, têm sido objeto de controvérsia, por serem considerados incapazes de deter grandes empreendimentos.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2006) sugere que o modo de produção mudou, novos tipos de privações surgiram e os novos movimentos sociais são o resultado disso, entre eles o movimento de atingidos por barragem. Sociedades pós-materialistas, pós-industriais, constituem arranjos institucionais que criam novos grupos de conflito. Os Novos Movimentos Sociais, considerados como novas formas de organização e luta no campo, incorporaram características de um movimento cultural mais amplo. Scherer-Warren (1996) considera que há a centralidade da luta por uma cidadania “integral”, expressa através da utopia da construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista social, onde haja direito à terra e respeito à diversidade cultural.

Segundo Gohn (2008), Weber afirma que as ações sociais possuem um sentido para aqueles que as praticam. Assim, para analisar as ações coletivas devem-se pesquisar os conteúdos simbólicos, as interações dos atores sociais. Nesse sentido, no movimento de atingidos por barragens, existem relações comunitárias com ênfase na solidariedade e na cooperação, que se desenvolvem enquanto um novo modo de vida e forma de luta (SCHERER-WARREN, 1996).



Assim, em meados dos anos 80, cresce nas diferentes regiões do país a organização e combatividade dos atingidos por barragens (VAINER, 2004). Em Altamira, no Pará, aconteceu o primeiro encontro regional dos trabalhadores atingidos pelo complexo hidrelétrico do Xingu. No Nordeste, o encontro regional de atingidos reuniu em Igarassu, Pernambuco, organizações não governamentais, sindicato de trabalhadores rurais, representantes das barragens do Ceará, de Alagoas etc. No Sudeste, reuniram-se atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha, (no estado de Minas Gerais) do Vale do Paraíba do Sul (estados de São Paulo e Rio de Janeiro) e, em abril de 1989, ocorreu em Goiânia o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Este trabalho pretende compreender as transformações das práticas sociais e culturais dos atingidos pela construção da hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha. Mais especificamente, pretende-se entender como esses atingidos, em sua maioria camponeses, uma vez reassentados em outro espaço, reconstroem e ressignificam o sentido de pertencimento no novo território.

Os reassentados pesquisados encontram-se reassentados na fazenda Riacho da Porta no município de Diamantina e foram deslocados da comunidade denominada Cana Brava, município de Turmalina. Foram reassentadas na fazenda quinze famílias, cuja mudança ocorreu em Setembro de 2005, um ano antes da inauguração da Hidrelétrica de Irapé. De acordo com os reassentados entrevistados, atualmente vivem na fazenda vinte e duas famílias, decorrentes, sobretudo, de casamentos dos reassentados.

A comunidade pesquisada foi escolhida como sujeito para a pesquisa, quando ocorreu uma conversa com um dos moradores reassentados, a partir daí surgiu o interesse de entender o processo de deslocamento vivido pela comunidade e suas implicações. No entanto, muitas foram as comunidades atingidas pela Hidrelétrica de Irapé e que podem fazer parte de trabalhos futuros. Desse modo, a comunidade estudada não é representativa de todos os reassentados, o que não impede, como demonstra a antropologia, que se possa fazer comparações com outras comunidades atingidas pela Irapé e que se discuta o problema do reassentamento de forma mais ampla.

A pesquisa pretendida, ou os objetivos pretendidos da pesquisa, como identificar as práticas, ações e, os processos de identificação e de pertencimento no lugar reassentado, foram realizados a partir de método etnográfico.

Desta forma, a pesquisa também possui como base observações e análises relacionadas à temática dos “atingidos” por barragem e, conforme o método etnográfico, busca a interpretação, a observação minuciosa e atenta da vida dos reassentados, para compreender os sentidos de ser “atingido” ou “reassentado”. Procurar-se-á, assim, entender a relação dos “atingidos” com os lugares, espaços e os “territórios”.

O método etnográfico foi descrito por Geertz (1996) não apenas como uma capacidade de transcrever textos, selecionar informantes, mas principalmente como uma “descrição densa”. Existe de acordo com Geertz (1996) um enfrentamento do etnógrafo em campo, com situações conceituais complexas, irregulares, que precisam ser apreendidas para que, apenas em momento posterior, isto é, no momento da escrita possam ser expostas. Desse modo, o fazer etnográfico não ocorre de maneira simples, pois há exigência de esforço, de interpretação do universo nativo, devido às complexidades ou incoerências que nele possam surgir. Como afirma o autor, em seu texto clássico:

Fazer a etnografia é como tentar ler (...) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1996, p. 7).

Destaca-se, neste sentido, a observação participante inaugurada por Bronislaw Malinowski, e que, de acordo com Brandão (2007), é um método que se caracteriza pela presença no lugar observado, o que torna possível a participação na vida ordinária do grupo em questão e, com efeito, a apreensão da lógica e do sentido de acontecimentos cotidianos. E de acordo com a descrição abaixo:

A observação participante significa, pois, muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo. E consiste, também, no meio privilegiado para a elaboração de teorias etnográficas, expressão, aliás, à primeira vista, um pouco estranha, mas que serve para solucionar o dilema do antropólogo, preso entre a ciência e a narrativa, o discurso sobre os outros e o diálogo com eles (GOLDMAN, 2006, p. 170).

Fabian (2006) em questionamento sobre a objetividade etnográfica menciona que, a objetividade deve basear-se na intersubjetividade, pois “precisamos assumir que o estudo de

outras culturas é possível por haver intersubjetividade onde quer que os seres humanos estejam juntos” (FABIAN, 2006, p. 7).

A intersubjetividade é também possível devido à nossa comunicação pela linguagem e ao compartilhamento do tempo. Para Fabian (2006), a pesquisa etnográfica só é possível devido à coetaneidade, não sendo possível, portanto, haver prática etnográfica sem a existência de um tempo compartilhado. Também para Cardoso (1986, p. 103), a relação intersubjetividade não ocorre somente entre:

Indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicar relações desconhecidas.

Na visão de Goldman (2006), a teoria etnográfica possui como objetivo elaborar modelos de compreensão de algum objeto social, que mesmo produzido em um contexto particular pode contribuir como modelo para entender outros contextos. A tarefa antropológica pode ser, também, “elaborar teorias etnográficas capazes de devolver o que quer que estudemos à sua cotidianidade” (GOLDMAN, 2006, p. 171), além de tentar descobrir o que não está evidente no cotidiano.

Para a realização desta pesquisa, algumas visitas foram feitas na comunidade atingida e reassentada na fazenda Riacho da Porta e, à medida que eram realizadas, mais informações eram obtidas. Foi possível perceber assim, a aproximação com os sujeitos, que aos poucos revelavam informações imprescindíveis à pesquisa. Tal fato remete à intersubjetividade criada na interação e explicada pelo autor mencionado acima.

Havia, no início da pesquisa deste trabalho, uma preocupação com a forma mais adequada de fazer o trabalho de campo. No entanto, não há exatamente um manual explicativo que sirva de guia para fazer uma boa etnografia, mas houve a preocupação em conferir a todas as histórias ouvidas o mesmo valor (GOLDMAN, 2006). Ao todo, foram realizadas onze entrevistas gravadas. A pesquisa etnográfica iniciou em 2014 e terminou em 2015, ao todo foram feitas quatro viagens alternadas na comunidade, com duração de um a três dias. A primeira visita ocorreu em novembro de 2014, onde houve a primeira aproximação com alguns atingidos da comunidade. O restante da pesquisa aconteceu nos meses iniciais de 2015 até o mês de Julho do referido ano.

Quanto à distribuição dos capítulos desta dissertação. O primeiro capítulo discute o conceito de desenvolvimento, compreendido como um discurso ideológico que “justifica” a implantação da hidrelétrica de Irapé e considerada como um projeto de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha, local marcado pelo estigma da pobreza. Outros projetos desenvolvimentistas, como aqueles ligados à mineração e à monocultura de eucalipto, são também discutidos, para que se possa compreender a existência de pontos comuns com o discurso desenvolvimentista presente no contexto da Irapé. Também estão presentes no primeiro capítulo, comentários sobre alguns impactos sofridos pelas comunidades atingidas por outras hidrelétricas, como: Tucuruí, Sobradinho, Itaipu, Belo Monte.

No segundo capítulo, caracteriza-se a formação da comunidade de atingidos, no que se refere à relação com o território original, isto é, histórico de ocupação, práticas produtivas, relações sociais e vínculos simbólicos. Neste sentido, são discutidos os termos “atingidos”, “camponeses”, “reassentados”, “agricultor familiar” os conceitos de *território*, *territorialidade*, *memória*, fundamentais para entender a forma como os próprios sujeitos da pesquisa percebem todo o processo. São feitas discussões sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização sofridos pelos atingidos pela Hidrelétrica de Irapé. Em seguida, a importância da memória é discutida. Para isso, algumas explanações teóricas são utilizadas para entender o resgate do passado vivenciado pelos atingidos e sua relação com o presente. Por fim, comentam-se sobre as dificuldades enfrentadas pelos reassentados nos momentos de retirada do território de origem e como ocorreu a chegada no “território” atual. Para finalizar o capítulo, alguns atingidos comentam sobre a relação inicial com a Cemig e as notícias sobre a barragem de Irapé.

No terceiro capítulo, procura-se entender particularmente as formas de apropriação no novo espaço e, portanto, as “novas” configurações socioculturais do grupo de reassentados. Desta forma, busca-se compreender as mudanças e os impactos gerados pelo deslocamento compulsório de atingidos pela hidrelétrica de Irapé, e as ações realizadas pelos reassentados para a construção da “territorialidade”. Foram analisadas as formas de realização dos cerimoniais religiosos da comunidade reassentada e a maneira de produção. Nesse sentido, verifica-se, a partir de entrevistas e da observação participante, o processo de reestruturação das condições de vida dos reassentados, devido à relação dos mesmos com a terra e com as relações sociais estabelecidas. Assim, existe a procura por compreender como os reassentados estruturaram novamente suas vidas, após o processo de desterritorialização vivido por eles.



## **CAPÍTULO 1**

### **O VALE DO JEQUITINHONHA E O “DESENVOLVIMENTO”**

Este capítulo procura discutir o conceito de desenvolvimento. Na primeira parte, faz-se uma explanação sobre o conceito de desenvolvimento sob algumas perspectivas, entre elas a que associa o desenvolvimento ao crescimento econômico, além de outras visões, que consideram o desenvolvimento como algo relacionado à liberdade de expressão e à participação política. Descreve-se, ainda, uma visão mais abrangente deste conceito, que o associa a outras formas de “desenvolvimento”, como o social, econômico, político, cultural, institucional, ambiental.

Nota-se que, o desenvolvimento econômico é utilizado como uma justificativa para “desenvolver” o Vale da “pobreza”, e para instalar projetos de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha como a represa de Irapé. No entanto, a referida visão se revela contrária a partir de dados empíricos, onde nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da mesma visão dominante de desenvolvimento e não querem mudanças nos seus modos de vida por projetos de desenvolvimento.

Posteriormente é realizado um breve relato sobre o histórico de algumas hidrelétricas no Brasil, como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí e Belo Monte. Em todos esses empreendimentos houve expropriação de comunidades de seus territórios e perdas sofridas pelas populações deslocadas.

Na última parte deste capítulo, outros projetos são brevemente discutidos, como o de mineração, de eucaliptos e o de hidrelétricas, como a implantação da represa de Irapé no Vale do Jequitinhonha. Todos os referidos projetos possuem como justificativa “desenvolver” o Vale do Jequitinhonha considerado uma região “pobre” e de estagnação econômica.

### 1.1 A Hidrelétrica de Irapé e o conceito de “desenvolvimento”

Segundo Zhouiri e Oliveira (2005), houve, no início da década de 1980, uma nova frente de expansão de políticas para o Vale, por intermédio do “Programa Novo Jequitinhonha”, que previa a disseminação de projetos de barragem para geração de energia. Nesse sentido, em 1986, de acordo com Zucarelli (2006), é prevista a construção de dezesseis hidrelétricas, onze delas no rio Jequitinhonha, entre elas a hidrelétrica de Irapé. As demais são: Terra Branca, Peixe Cru, Murta, Jenipapo, Jequitinhonha, Almenara, Lua Cheia, Salto da Divisa, Itapebi e Itapebi-Mirim e ainda cinco no Rio Araçuaí: Turmalina, Santa Rita, Berilo, Ivon e Aliança.

A hidrelétrica de Irapé pertence à Cemig, vencedora do processo licitatório realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, em 1998<sup>1</sup>. Localiza-se em um cânion entre os municípios de Grão Mogol e Berilo, e possui uma altura de 208 m, com um reservatório de 137,16km<sup>2</sup>. A licença de instalação (LI) foi concedida em abril de 2002 e a licença de Operação (LO)<sup>2</sup> da usina corre junto ao Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental) em Dezembro de 2005 (MICHERIF; SILVA, 2006).

Conforme Hermet (2002), até o século XIX, ainda não se falava de desenvolvimento, mas apenas de progresso. De acordo com o mesmo autor, no período de consolidação do Estado, no Brasil, e de suas agências econômicas, surge, a partir de 1945, a ideologia “desenvolvimentista”, sob influência de orientação política dos Estados Unidos. A questão econômica é então utilizada para atrair os povos considerados deserdados da África, Ásia e da América Latina. Surge, nesse contexto, o conceito de subdesenvolvimento, utilizado pelo presidente norte-americano Harry Truman no “*Discurso sobre o estado da União*”. De acordo com o presidente, era necessário utilizar o progresso científico e a indústria para a promoção de melhorias das condições de vida e crescimento econômico nas regiões subdesenvolvidas.

---

<sup>1</sup> Entretanto, segundo Micherif e Silva (2006), a verificação para a instalação da hidrelétrica ocorreu em 1963. A obra passa, dessa forma, a ser considerada um meio de desenvolvimento regional.

<sup>2</sup> De acordo com Zhouiri et al (2005), para que um empreendimento, como uma hidrelétrica, possa funcionar, deve passar por três etapas: a (LP) Licença Prévia, a (LI) licença de Instalação e a (LO) Licença de Operação, após apresentados os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e posterior análise pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Quando é concedida a LP, apresenta-se o Plano de Controle Ambiental (PCA) para que a obra possa ser instalada. Quando cumpridas as condicionantes, é concedido o funcionamento da obra.

Conforme Steva (2000), nesse discurso de posse, Truman define quem é desenvolvido e subdesenvolvido<sup>3</sup>. Criava-se, assim, uma percepção do “eu” e do “outro” e, conseqüentemente, ideias de discriminação começaram a ser elaboradas em relação às diversas sociedades que passaram a ser consideradas como subdesenvolvidas. Como afirma Steva.

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de Janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui (...) uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (STEVA, 2000, p. 60).

Steva (2000) verifica, ainda, que o conceito de desenvolvimento, modificado por Truman, sofreu outras mudanças quando o termo passou a ser reduzido ou associado ao crescimento econômico.

Hermet (2002), por sua vez, considera que, na América Latina, as ideologias<sup>4</sup> de desenvolvimento conservavam até o período recente uma lógica “macroeconômica”. Existia, dessa forma, um apreço pelas elites e desprezo direcionado ao “microdesenvolvimento”, ou menosprezo pelos sentimentos das pessoas comuns, e isso:

Não deixou de ser característico nas épocas do “desenvolvimento” triunfante e do “antidesenvolvimentismo”, durante o período compreendido entre 1950 e 1970. Subsistiu com a mesma força ou até com mais força ainda depois da brutal virada “neoliberal” posterior a 1980 e começa apenas a dissipar-se sob o impacto dos estragos ocasionados pela abertura dos intercâmbios, (...) e o relativo questionamento do papel do Estado (HERMET, 2002 p.26).

Júnior (1999), por sua vez, considera a problemática de nosso tempo como centralizada em torno do “desenvolvimento”. Nesse sentido, o “desenvolvimento” seria considerado condição para assegurar ao país e ao povo conforto e bem-estar. Dessa forma, estaria justificada as atenções e preocupações a respeito do desenvolvimento. Conforme Júnior (1999), o “desenvolvimento” tem alicerce no crescimento econômico, ou a teoria do “desenvolvimento” se desdobra a partir da teoria econômica, devido às análises e explicações baseadas nos ciclos econômicos que impactam a vida nas sociedades modernas.

---

<sup>3</sup> Segundo Steva (2000), a era desenvolvimentista teve início com Truman. No entanto, o termo subdesenvolvimento havia sido utilizado anteriormente. Wilfred Benson, membro do Secretariado da Organização Mundial de Trabalho, provavelmente cria a palavra, quando em 1942, ao escrever suas bases econômicas, faz referência às “áreas subdesenvolvidas”.

<sup>4</sup> Conforme Hermet (2002), o conceito de ideologia utilizado diz respeito ao conjunto de diferentes crenças, princípios de atitudes, que governaram na América Latina, as representações e práticas econômicas de maneira rígida, que contribuíram para encobrir a caráter dos modelos dominantes em momentos sucessivos.



Assim, se o desenvolvimento e o crescimento econômico são considerados a partir de uma perspectiva histórica, portanto de modo contrário ao tratamento dado pelos economistas, não podem ser avaliados a partir de modelos de alto nível de abstração, mas devem ser tratados considerando-se as especificidades próprias e as particularidades de cada país ou povo, principalmente quando se trata de questões relacionadas ao “subdesenvolvimento” (JÚNIOR, 1999).

Já Martins (1999), elabora também análises relacionadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. De acordo com este autor, a ênfase no crescimento também não é nova, pois lembra confrontos da mesma época dos anos de 1950 e 1960 e no período militar. Seja como for,

Uma preocupação, (...), que poderia e deveria ser desdobrada criticamente para que pudéssemos (...), examinar a hipótese oposta e alternativa de que, no fim das contas, é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira. A melhor alternativa de interpretação, porém (...) é a de que esses fatores e condições se combinam numa espécie de causação circular e cumulativa (...) (MARTINS, 1999, p. 53).

As referidas preocupações não são novas. Ainda de acordo com Martins (1999), nos anos de 1950, Florestan Fernandes já discutia a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento e à modernização no âmbito das classes subalternas e das populações pobres, rurais e urbanas. Octavio Ianni também trabalhou de maneira crítica com a concepção de crescimento econômico, de modo a analisar as dificuldades representadas pelo atraso da economia brasileira. Segundo Martins (1999, p. 56):

Ao invés da concepção quantitativa e linear de crescimento (econômico), Ianni sugeria a concepção dialética de desenvolvimento (histórico) que levasse ao exame das contradições estruturais (e, portanto, políticas e de classe) que erguiam obstáculos às transformações na sociedade brasileira.

Martins (1999) revela ainda que as referidas preocupações ganham consistência no marco do desenvolvimento juscelinista, nos anos de 1950, em um clima de preocupação com a superação do atraso econômico e de pouca preocupação com o atraso político, representado pelo clientelismo das oligarquias regionais. Neste sentido, para o autor, a experiência transformadora do governo de Juscelino Kubitschek assegura “apoio para seu projeto de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade brasileira, supondo que as elites regionais e oligárquicas, beneficiárias do atraso e por ele responsáveis, legitimariam seu poder modernizador” (MARTINS, 1999, p.59).

Conforme Ribeiro (2008), o “desenvolvimento” está relacionado com diversas visões e posições políticas, vinculando-se ainda, à expansão econômica. Em decorrência disso, são ocasionadas lutas de poder entre instituições e atores em que, os mais poderosos entre estes últimos podem ser designados como “indústria do desenvolvimento”. Os atores e instituições que detém menor poder sofrem consequências devido às atitudes das instituições e atores de desenvolvimento comprometerem e destruírem povos indígenas, ribeirinhos, suas formas culturais e as relações com seus territórios, através, por exemplo, de reassentamentos construídos por empresas. Desta forma, ideologias e utopias também estão associadas ao desenvolvimento e ao poder:

Elas expressam disputas sobre interpretações do passado (ideologia) ou do futuro (utopia), e lutam para instituir hegemonia estabelecendo certas visões retrospectivas ou prospectivas como a verdade, como a ordem natural do mundo. Desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento como um sistema de crenças tem sempre sido marcado por leituras particulares do passado e por formulações sobre o futuro em escala global (RIBEIRO, 2008, p. 8).

Desse modo, após a Segunda Guerra Mundial, o acelerado processo de integração do sistema mundial, fez surgir ideologias e utopias que tentaram explicar para os povos considerados de níveis mais baixos, que havia um modo de saírem da condição de “atrasados”. Com isso, surgiram termos como desenvolvimento/subdesenvolvimento, adiantado/atrasado. Classificações que contribuem para o surgimento de maneiras de justificar a sujeição de pessoas e promover a indiferença à heterogeneidade (RIBEIRO, 2008).

Sem desconsiderar o papel do econômico, algumas análises associam também outros fatores ao desenvolvimento, como a liberdade de expressão e de participação política. Sen (2010) considera o desenvolvimento como um processo que diz respeito à expansão das liberdades das pessoas. Dessa forma, as referências às liberdades divergem das visões de desenvolvimento relacionadas com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), industrialização, avanço tecnológico, modernização social.

Aproximando-se das análises realizadas por Zhouri (2005) e Zucarelli (2006), quanto a considerar o “desenvolvimento” associado não somente ao fator econômico, Sen (2010) afirma que tais liberdades devem depender de fatores como disposições sociais e econômicas, serviços de educação e saúde e direitos civis. “De forma análoga”, resume o autor, “a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outros fatores” (SEN, 2010, p. 16).

Depreende-se, dessa forma, que a industrialização pode contribuir para o alcance da liberdade, mas esta, no contexto exposto por Sen (2010), deve estar associada de maneira significativa a outros fatores como educação, liberdades de expressão, oportunidades sociais, segurança, liberdades políticas e saúde.

Paula (2011) também sugere que o conceito de desenvolvimento deve abranger outras formas de “desenvolvimento”. Segundo o autor, o conceito passa por modificações, depende de métodos que são utilizados para explicá-lo e sempre foi definido historicamente, além de revelar situações de dominação capitalista. A conceituação de desenvolvimento de Paula (2011) aproxima-se, assim, do conceito de fato social de Mauss,<sup>5</sup> porquanto o desenvolvimento somente pode ocorrer quando outras formas de desenvolvimento estiverem envolvidas, ou quando o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, institucional, ambiental também existirem. O desenvolvimento precisa existir de maneira total, não apenas associado ao econômico, mas associado às outras formas de desenvolvimento, ou de acordo com o autor em questão, precisa ser fato social total.

No entanto, Sen (2010) não desconsidera a contribuição do mercado para crescimento econômico e considera essencial uma condução apropriada dos negócios do Estado. Assim, ao analisar o papel dos mercados como associado ao desenvolvimento, afirma:

É difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer -ao invés de empobrecer- a vida humana (SEN, 2010, p. 22).

Entretanto, Sen (2010) enfatiza a necessidade de remoção das principais fontes que privam a liberdade, como a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Little (2003) também chama a atenção para o papel do Estado frente à construção de grandes obras como as hidrelétricas, enfatizando que a vocação desenvolvimentista do Estado brasileiro ainda está presente no início do século XXI. Segundo o autor, “O plano plurianual (2000-2003) lançado pelo governo federal promove a instalação de vários ‘eixos de desenvolvimento’, os quais contemplam a construção de grandes obras de infra-estrutura como usinas hidrelétricas, termoeletricas, hidrovias, estradas, grandes monocultivos e fábricas” (LITTLE, 2003, p. 278). Verifica-se, dessa maneira, a presença do Estado como

---

<sup>5</sup> Conforme Paula (2011), para Mauss, “alguns fatos sociais, como a dádiva, eram capazes de atravessar, de fazer interagir todo o complexo social, do individual ao coletivo, do sincrônico ao diacrônico” (PAULA, 2011, p. 34).

viabilizador de grandes obras, como as aqui citadas. Afinal, como sugere Hermet (2002), o Estado permanece sendo dono dos marcos de referência das políticas de desenvolvimento, ou seja, continua sendo quem aceita ou modifica as políticas voltadas para o desenvolvimento.

A fala da coordenadora Executiva da Irapé citada por Micherif e Silva (2004), revela a considerável relação entre o Estado, a Cemig e a Irapé: “O Vale do Jequitinhonha sempre viveu um dilema: não tem desenvolvimento porque não tem energia. E não tem energia porque não tem desenvolvimento” (MICHERIF; SILVA, 2004, p. 7). E a coordenadora continua, “Irapé não é só um empreendimento da Cemig, mas um projeto de Estado” (MICHERIF; SILVA, 2004, p. 7).

De acordo com as explicações acima, a concepção de desenvolvimento esteve associada ao crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento apenas seria alcançado de modo quantitativo ou a partir de índices que comprovassem sua concretização. Nesse sentido, para Zhouri et al. (2005), a ideia de “desenvolvimento e progresso” orienta o processo de modernização do país e sua inserção no contexto de globalização econômica, mesmo que, para que hidrelétricas sejam instaladas, comunidades rurais sejam deslocadas de seu território.

Dessa maneira, se considerarmos as explicações referentes à associação entre crescimento econômico e “desenvolvimento”, “justifica-se” a instalação da Irapé como meio de implementar o “desenvolvimento” na região do Vale do Jequitinhonha, devido à visão que normalmente o associa à ideia de “Vale da pobreza”. Sobre essa concepção de pobreza, comentam Zhouri e Laschefski (2011):<sup>6</sup>

Essa visão hegemônica pelas elites e pelos grupos locais, constitui a base norteadora de políticas públicas que visam ao desenvolvimento da região. Desenvolvimento é uma noção carregada de muitos sentidos, como se observa em expressões próprias ao léxico das políticas públicas: “inclusão social”, “geração de renda” e “distribuição, para todos, das riquezas produzidas” (...) (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011, p. 182).

Conforme os autores, os projetos em geral considerados desenvolvimentistas não promovem o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, visto que a maioria da população da região não é beneficiada. No caso de Irapé, segundo Zhouri e Laschefski (2011), pensa-se, ao

---

<sup>6</sup> De acordo com Rahnama (2000), há muitas concepções de pobreza. Existem por exemplo, nas línguas africanas, de três a cinco conceitos relacionados à pobreza. O referido termo nem sempre significou o oposto de ser rico, mas podia estar relacionado àquele que não possui instrumentos de trabalho, ou, fazer menção à falta de proteção. No entanto, com a expansão da economia mercantil e com os processos de urbanização, os pobres passaram a ser definidos como aqueles que não possuem o que possuem os ricos, com relação a posses e dinheiro.

contrário, na implantação de monoculturas de eucalipto, que exige infraestrutura energética, o que nas considerações dos autores, reflete-se na construção de hidrelétricas.

Nesse contexto, a proximidade de grandes áreas de reflorestamento de eucalipto no Vale do Jequitinhonha é destacada como fator interessante para investimentos na indústria de aço na região. Encontra-se em discussão ainda a construção de um mineroduto ou uma ferrovia para escoamento da produção em direção ao Sul da Bahia. Todas essas atividades exigem uma base de infraestrutura energética adequada, algo que explica a intensificação de investimentos em hidrelétricas na região, tal como a barragem mais alta do Brasil: Irapé (...) (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011, p. 184).

Dessa forma, riquezas produzidas na região abastecem outras regiões. Tal fator contribui para que o Vale do Jequitinhonha continue sendo designado como uma região pobre, principalmente quando considerado a partir de dados estatísticos. Desse modo, a região mantém média de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo dos índices de outros municípios brasileiros (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011).

Os autores ainda afirmam que, nas décadas de 1950 e 1970, considerados anos dourados do crescimento no Brasil, foram verificadas crises econômicas, como a do petróleo. Houve também, nesse período, a criação de empreendimentos de infraestrutura como as rodovias, hidrovias e uma rede de geração de energia. As hidrelétricas em geral, e a hidrelétrica de Irapé fazem parte desse contexto.

Trata-se de uma visão que subordina a diversidade ecológica e cultural local ao potencial lucrativo dos referidos recursos (ouro, ferro (...) energia, entre outros) transformados em mercadorias. As consequências insustentáveis desse modo de apropriação do espaço se refletem no êxodo rural, na favelização e na transformação acelerada das condições naturais nas áreas objeto desse modelo de desenvolvimento (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011 p. 183).

Segundo análise e interpretação dos autores, nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da visão dominante de desenvolvimento, e não querem ter suas vidas modificadas por empreendimentos desenvolvimentistas. Algumas comunidades, como as ribeirinhas, por exemplo, possuem um modo próprio de produção econômica, social e cultural. Entretanto, isso não significa dizer que não há um reconhecimento da necessidade de desenvolvimento de suas formas produtivas ou a exclusão do econômico. Como afirmam os autores, sobre as comunidades ribeirinhas:

A sua rejeição aos projetos desenvolvimentistas não significa o desejo de estagnação ou de permanência em uma espécie de passado contínuo. Ao contrário, querem participar e produzir o desenvolvimento da região, com base nas condições locais, moldando o seu próprio destino (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011 p. 186).

Em uma reunião com representantes de Grão Mogol, um atingido pela hidrelétrica de Irapé e uma equipe, da qual participavam professores universitários e representantes das comunidades atingidas, comentaram sobre o progresso. Em sua fala, foi possível perceber como o atingido justifica que não é contra o progresso, mas sim à maneira como o progresso é instaurado. Assim, o atingido compreende a importância da transparência que deve existir no processo que envolve a instalação de uma barragem e como a instalação deve beneficiar primeiro os atingidos. Em reunião com um prefeito, o atingido comenta:

Nós não somos contra o progresso, nós somos contra o progresso da maneira que ele é chegado, sem muitas vezes, chega até você que é prefeito e não chega lá na grota aonde que está um morador lá e sobrevive lá, às vezes de um quintalzinho de uma rocinha lá. E então nós estamos aqui pra falar pro senhor o seguinte, que todo o progresso ele tem que chegar até o cidadão mas, quando ele, beneficia primeiro quem é atingido (...). Então, por isso que nós viemos cá, pra falar pra conversar com o senhor isso, que a gente trabalha e nós não somos contra o progresso, nós queremos fazer com que o progresso chegue até o cidadão de uma maneira transparente, da maneira transparente, não chegando sufocando do modo que é construído até hoje no Brasil e do progresso que vem de interesse dos grandes. (J., Entrevista, 06/12/2014)

Para Zucarelli (2006) as políticas públicas que propõem desenvolver a região são o reflexo do contrário. Segundo o autor:

São projetos impositivos, alienados das condições ecológicas e societárias do lugar, e que geralmente repercutem na exclusão dos pequenos agricultores. O modelo de desenvolvimento sugerido pelo governo estadual, fundado em padrões de vida urbano-industrial, torna-se contrário à complexa relação dos pequenos proprietários com as formas de concepção, apropriação e usos de suas terras e de suas dívidas naturais (ZUCARELLI, 2006, p. 56).

Conforme o pesquisador, as opiniões de moradores do Vale do Jequitinhonha divergem do discurso econômico do Estado e evidenciam a importância da agricultura familiar. Eles relatam ainda a importância de parcerias e acordos realizados junto com os moradores do Vale do Jequitinhonha (ZUCARELLI, 2006).

Dessa maneira, os projetos que “procuram desenvolver” o Vale do Jequitinhonha, a partir de políticas econômicas, resultam na expropriação de comunidades de seus territórios, como ocorreu com milhares de pessoas, desapropriadas pela implantação da usina hidrelétrica de Irapé. Nas palavras do autor, “a construção da usina de Irapé é, assim, mais um exemplo da perpetuação de um dado modelo econômico instituído para o Vale do Jequitinhonha” (ZUCARELLI, 2006, p. 57), que promove modificações socioculturais nos modos de vida das populações desalojadas e, que faz prevalecer o privado “sob a égide de uma “cultura do bem

comum”. Essa “cultura” que pressupõe que todos teriam um futuro melhor, maior qualidade de vida, enfim, uma melhoria de “comum acordo” (ZUCARELLI, 2006, p. 57).

Dessa forma, a visão desenvolvimentista continua presente no Brasil, e faz com que o Estado de MG, empresas e as elites mineiras viabilizem a implantação de obras, como a Irapé.

## **1.2 Breve histórico sobre hidrelétricas no Brasil**

Antes de discutir a questão dos grandes projetos no Vale do Jequitinhonha, é necessário tecer comentários sobre as implantações de algumas hidrelétricas no Brasil no período posterior a 1964, e abordar alguns impactos sofridos pelas comunidades “atingidas” por hidrelétricas, como também algumas de suas mobilizações. Os impactos e discussões aqui tratados são essenciais para posteriormente entender as consequências causadas pela instalação da hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha.

Conforme Waldman (1997), existe uma preferência por implantação de hidrelétricas no Brasil, no período posterior a 1964. Um fator que contribui para que hidrelétricas sejam instaladas no país diz respeito à dificuldade de implantação de indústrias poluentes ou eletro intensivas nos denominados países centrais. Segundo o autor, há dificuldade de implantar projetos hidrelétricos nesses países, devido a pouca aceitação da população e em decorrência de esgotamento energético, faz com que eles sejam implantados ou transferidos para países como o Brasil.

De acordo com Viana (2003), no final da década de 60, durante o período militar, a ideia de modernidade associa-se às grandes barragens para ampliar a oferta de energia elétrica, como consequência do aumento da industrialização e da urbanização “bem como o desejo de transformar o Brasil em uma grande potência, foram elaborados e/ou implementados alguns dos maiores projetos hidrelétricos brasileiros, tais como as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu, finalizadas em 1984 e 1983, respectivamente” (VIANA, 2003, p. 13).

Com relação à instalação de hidrelétricas em momento posterior a 1964, Zhouiri et al. (2005) comentam que foram retomadas, nos últimos anos no Brasil, iniciativas que viabilizam esses projetos. Esses empreendimentos se inserem em um contexto semelhante ao do período

militar, quando havia a política de “integração nacional”, que era direcionada para o crescimento econômico do país. No entanto, os danos ambientais causados por tais empreendimentos permanecem, no momento atual, igualmente semelhantes aos existentes no período militar. Então, políticas mais recentes são consideradas como conservadoras. Conforme pode ser lido no trecho a seguir:

No auge da implementação de tais políticas, (...), recrudescem os já conhecidos conflitos entre as esferas econômica, social e ambiental. O governo do (...) presidente Luiz Ignácio Lula da Silva (...) enfrentou severas críticas durante o Fórum Social Mundial realizado em 2005. A adoção de uma política conservadora de ajuste econômico tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de “barreiras ao desenvolvimento”, colocando em risco as fundamentais conquistas ambientais das últimas três décadas. Essa dinâmica conflituosa, porém, não se encontra circunscrita apenas ao contexto brasileiro, mas explicita contradições inerentes à própria noção de “desenvolvimento sustentável”, forjada em nível mundial (ZHOURI et al. 2005, p. 11-12).

Análises realizadas por Karpinski (2008) revelam que até o final de 2008, o Brasil possuía 706 centrais hidrelétricas em funcionamento. Destas, 159 eram usinas hidrelétricas, 320 pequenas hidrelétricas e 227 centrais geradoras hidrelétricas. Depreende-se disso, que a quantidade de projetos decorre de uma perspectiva desenvolvimentista, aliada à ideia de modernização. Como afirma o autor, “esses reservatórios passaram a ser incorporados às paisagens de um ‘novo Brasil’: um Brasil moderno, tecnológico e industrial, com potencial de crescimento, movido por energia” (KARPINSKI, 2008, p. 4).

Todavia, o aumento de empreendimentos hidrelétricos no Brasil é também seguido por mobilizações e conflitos. Vários são os exemplos de suas implicações, como mobilizações, expropriação de comunidades de seus territórios, modificação no meio ambiente, entre outros. No entanto, a grande quantidade de hidrelétricas construídas ou em construção no Brasil torna impossível a abordagem de todos os problemas relacionados a elas dentro dos limites desta pesquisa. Sendo assim, somente alguns exemplos serão comentados a seguir, como os referentes às hidrelétricas de Itaipu, Sobradinho, Itaparica, Tucuruí e Belo Monte, relevantes para nortear as discussões relacionadas a este trabalho.

De acordo com Waldman (1997), a sociedade brasileira tem observado discussões relacionadas às barragens. É o caso daquelas relacionadas às barragens de Itaipu, Balbina, Sobradinho, Castanhão, Itá, Tucuruí, Itaparica, Belo Monte e outras represas. Regra geral, os vários empreendimentos hidrelétricos expressam relações de autoritarismo com as populações atingidas e o desrespeito ao meio ambiente. O drama vivido por populações indígenas,



trabalhadores rurais, ribeirinhos e diversas outras populações tradicionais atingidas por usinas, revelam que alguns conflitos ocorrem e que há a participação dos movimentos sociais, “que passaram a enfrentar diretamente os projetos hidrelétricos do Estado Brasileiro, expressando o repúdio por uma política de geração de energia que ameaça os mais legítimos interesses das populações envolvidas” (WALDMAN, 19997, p. 79).

Waldman (1997) revela também os custos relacionados ao meio ambiente. De acordo com o autor, a construção de grandes usinas compromete as formas de vida tradicionais e, paralelamente, o ambiente ao qual essas populações encontram-se integradas.

Danos ao meio ambiente, como o afogamento de milhares de paisagens representativas e a destruição de relações econômico-culturais mantidas pelas populações tradicionais com os seus ambientes (ancorados em valores e relações sociais que não podem ser “realocados”) fogem inteiramente à lógica dos conceitos tradicionais de “desenvolvimento” (WALDMAN, 1997, p. 82).

Ainda segundo o autor, quando as obras são instaladas, grande parte das populações têm suas terras inundadas, o que as obriga a abandonar seus territórios. Existe ainda o descaso das autoridades responsáveis pela obra, pois “normalmente as autoridades mostram-se despreocupadas com o destino dos desapropriados, em geral detendo posse informal da área que habitam. Indenizações e reassentamentos surgiram apenas como resultado da mobilização dos atingidos” (WALDMAN, 1997, p. 82). O pesquisador verifica ainda a ocorrência de outras consequências, como alteração do curso dos rios, poluição de água, utilizadas por comunidades que moram abaixo da represa instalada, tornando-a inadequada para consumo, mudanças ecológicas, entre outras.

Conforme Vainer (2004), existe um histórico de manifestações contra a instalação de barragens nos anos de 1940 e 1950, mas os movimentos organizados contra a construção de represas constam do final da década de 1970. Os movimentos denunciam os problemas causados pela instalação dos empreendimentos. Algumas questões relacionadas a algumas hidrelétricas serão brevemente comentadas, sendo as primeiras referentes à Itaipu. Sendo assim, reivindicações foram feitas pelos ribeirinhos “atingidos”<sup>7</sup> por tal hidrelétrica, que se encontra localizada em um trecho de fronteira do Rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai, e teve a construção iniciada na década de 1970, apesar de ter sido pensada na década de 1960. A hidrelétrica é considerada um modelo binacional, que pertence ao Brasil e ao Paraguai: “a

---

<sup>7</sup> O termo “atingidos” será discutido junto com os termos: camponeses, agricultor familiar, reassentados no segundo capítulo.

formalização do empreendimento se deu com a assinatura do tratado de 1973 que estabeleceu os pontos para o financiamento da obra e a operação da empresa, num modelo binacional que pertence às duas nações em partes iguais” (USINA, 2010, p. 2).

Cerca de sessenta mil pessoas abandonaram suas terras nas décadas de 1970 e 1980 para que o lago da usina fosse formado (MATTIELLO, 2011). Agricultores atingidos presenciaram situações desencadeadas pela empresa binacional, como prazos não cumpridos de indenização, inexistência de consulta à população sobre a instalação da usina e de uma política de reassentamento para os atingidos (MATTIELLO, 2011). Depreende-se daí que, a hidrelétrica de Itaipu constitui um exemplo referente aos impactos ocasionados pelas hidrelétricas no Brasil. Entretanto, no final da década de 1970, algumas reivindicações são realizadas devido à:

Falta de informação e consulta prévia, impactos ecológicos, situação dramática de cidades e vilas afetadas mas não indenizadas, trágica realidade a que seriam lançados os agricultores paraguaios e, sobretudo, preço irrisório das indenizações oferecidas (VAINER, 2004, p. 188).

Devido à situação vivenciada pelos atingidos, surge o Movimento Justiça e Terra (MJT), que obtém, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra e das igrejas luterana e católica, conquistas como reajustes nos valores de indenizações pagas e a obtenção de dois reassentamentos em Arapoti e Toledo/PR. Os referidos acontecimentos tornam-se referência para outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (MATTIELLO, 2011).

Outro exemplo de descaso em relação às comunidades “atingidas” diz respeito às barragens de Moxotó e de Sobradinho, no Nordeste, considerado um caso trágico, iniciado no período militar.

As obras civis foram deflagradas sem que houvesse qualquer plano de reassentamento, e apenas em 1975 a população é abordada para escolher entre duas alternativas seguintes: receber uma passagem para ir para São Paulo ou reassentamento no projeto de Serra de Ramalho, em região seca, a 700 km de distância (VAINER, 2004, p. 194).

A decisão pela construção de Sobradinho ocorreu em 1972, durante o governo exercido por Médici. Em 1946, surgiram iniciativas por parte do Estado de aproveitamento econômico do rio São Francisco, para promoção do desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco. Todavia, a partir da década de 1950, ocorrem mudanças e:

A ideia de aproveitar o rio para navegação fluvial é substituída por rodovias e a hidroeletricidade passa a ser prioridade. Ou seja: todas as consequências acarretadas pelas obras e omissões quanto ao outrora projeto de aproveitamento econômico do rio seriam justificadas pelos objetivos inquestionáveis que a obra representava – a geração de energia elétrica para o projeto de industrialização. O desenvolvimento do próprio Vale parece ter deixado de ser objeto de política nacional (WERNER, 2011, p. 56).

Devido à substituição das iniciativas, e a partir da atuação da Chesf junto aos atingidos pela Hidrelétrica, foram verificadas dificuldades de reassentamento, terras inapropriadas para as atividades agrícolas. Verificou-se, também, insatisfação dos atingidos com relação ao valor das indenizações, êxodo rural, deslocamento da população para periferias de cidades, promovendo desintegração dos modos de vida dos atingidos. Outras consequências resultantes da implantação da obra foram percebidas, como imigrações, perdas materiais para as populações locais devido à elevação do rio, notificação de suicídios ocasionados pela desvalorização das populações afetadas pela barragem (WERNER, 2001).

A Hidrelétrica de Itaparica, por sua vez, surge em um contexto democrático, financiada pelo Banco Mundial, este conduz as questões relacionadas aos reassentamentos e contribui para que o setor elétrico tente promover o desenvolvimento das regiões afetadas pelos empreendimentos. Ainda sobre Itaparica:

A Chesf pretendia reverter a imagem autoritária que marcou períodos anteriores, notadamente em Sobradinho. Sendo assim, buscou-se atrelar a implantação do empreendimento a um projeto de desenvolvimento regional articulado nacionalmente com o intuito de se superar o que *era visto como atraso* (WERNER, 2011, p. 59).

Entretanto, prevaleceu a adequação ao empreendimento, que se torna inquestionável, e novamente, verificou-se a prevalência da hidrelétrica com a desvalorização dos valores das populações diretamente afetadas.

Por sua vez, Tucuruí apresenta outro exemplo, em que a instalação da represa acarreta vários problemas para uma determinada população. De acordo com Vainer (2004), iniciada em 1975, a usina de Tucuruí, no rio Tocantins, desapropriou cerca de cinco mil famílias. Além disso, “a formação do lago propiciou a proliferação de moscas e mosquitos numa quantidade nunca vista, transmitindo doenças e tornando insuportável a vida da população” (WALDMAN, 1997, p. 83). O clima da região também sofreu modificações, provocando êxodo rural e migrações. Além disso, houve aumento de violência e destruição de formas culturais. A obra foi finalizada em 1981 e, ainda nesse período, várias foram as dificuldades enfrentadas pelos “atingidos”, como falta de água e indenizações pelas benfeitorias com valor

abaixo do que deveria ser pago às comunidades pela Eletronorte, empresa responsável pela obra.

No dia 01 de Novembro de 1984, aconteceu o primeiro encontro em Tucuuruí de atingidos pela hidrelétrica. Estiveram presentes, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Também foram convidados para o encontro instituições de pesquisa, a Universidade Federal do Paraná e vários órgãos do governo e representantes da Eletronorte. Além destas participações, aproximadamente mil pessoas atingidas pela construção da hidrelétrica também participaram do encontro.

O encontro tinha como objetivo principal publicizar a situação vivenciada, que se caracterizava pela insegurança advinda do próprio deslocamento compulsório, particularmente agudizada naquele momento de enchimento do lago; e pela ausência de informações sobre o processo de transferência que havia sido iniciado. Principal informação reivindicada: qual a área inundada e quando seria recebido o lote para trabalhar e a casa para morar. Naqueles dias, que se sucediam a um período que se iniciara com a desocupação da área para formação do lago, em setembro de 1984, centenas de famílias encontravam-se acampadas na parte final da Rua Santo Antônio, à época, uma rua secundária que ligava a sede do município à vila operária do acampamento: em barraquinhas cobertas por lonas e plásticos de cores diversas, um amontoado de pessoas – homens, mulheres, crianças, jovens, idosos – permanecia há mais de trinta dias, em sua maioria à espera de uma resposta da empresa sobre a situação de sua transferência (MAGALHÃES, 2005, p. 245).

Ainda hoje, muito ainda se fala sobre Tucuuruí, devido à persistência de algumas situações problemáticas. Em 2004, muitas famílias acamparam na área pertencente à Eletronorte, devido a não realização de uma reunião com a empresa responsável pela obra, e ao não cumprimento de reivindicações. Portanto, havia reivindicações solicitadas há mais de vinte anos e que não foram cumpridas. Assim, “(...) as *pendências* vem se prolongando e, por vezes, se metamorfoseando, desde 1984. E, todas diziam respeito, direta ou indiretamente, ao modo como a ELETRONORTE tratou as populações a serem transferidas e seus territórios” (MAGALHÃES, 2005, p. 246).

Tucuuruí se mantém atual devido também à participação e à atuação do movimento sindical nos contextos local, regional e internacional, onde são reproduzidos os mesmos problemas gerados pela instalação de barragens. A participação do movimento social revela algumas situações diretamente relacionadas com Tucuuruí, como os impactos ocasionados na vida, subsistência e ambiente dos atingidos, muitos atingidos não foram indenizados porque não foram reconhecidos como deslocados, houve desestruturação socioeconômica dos deslocados, e preocupação dos responsáveis pela obra somente com a mudança física dos

deslocados, com desconsideração dos meios de reprodução econômica e social dos atingidos. (MAGALHÃES, 2005).

O movimento sindical e social ainda expõe outras reivindicações, entre elas, o pagamento de indenizações que, na década de 1980, não foram reconhecidas como indenizáveis, pagamento de intervalo de tempo entre o momento em que foi anunciada a indenização e o momento de saída do local atingido. Há ainda, a revisão de processos de indenização e o pagamento para os atingidos, principalmente com o que se gastou com o deslocamento (MAGALHÃES, 2005).

A Eletronorte também demonstra dificuldades em cumprir com dados relacionados ao tamanho de área inundada pela hidrelétrica, promovendo inundação de áreas destinadas a reassentamentos. Magalhães (2005) revela que:

Populações que tiveram todo o seu conhecimento arquivado, em menos de duas décadas depois defrontam-se novamente com alterações importantes no ambiente em que vivem, resultando, por conseguinte, em novas consequências econômicas e sociais, cuja abrangência e limites não parecem ter sido suficientemente considerados (MAGALHÃES, 2005, p. 250).

Por isso, constantes referências são feitas sobre a hidrelétrica de Tucuruí, quando se notam que situações e reivindicações, no contexto da hidrelétrica, permanecem atuais, mesmo após o início da obra, ocorrido na década de 1970.

Discutindo outro empreendimento, a análise realizada por Oliveira (2014, p. 15) sobre Belo Monte também revela dificuldades enfrentadas pelas populações “atingidas” pela hidrelétrica:

Estudos realizados por uma comissão de Especialistas alertavam que os impactos sobre os povos indígenas da região não se limitavam à chamada “área diretamente afetada”, mas iriam atingir seriamente os recursos ambientais e as condições de vida e bem-estar de outras terras indígenas, situadas fora daquela faixa estrita. Nas terras indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande/Maia, Juruna Km 17, Apyterewa, Araweté, Koatinemo, Kararaô, Arara, Cachoeira Seca e Trincheira Bacajá habitam diversas coletividades cujos modos de vida e culturas poderão receber impactos negativos, sem mencionar os indígenas que estão na cidade e o registro também da presença de índios isolados. (...) sequer tais impactos foram adequadamente dimensionados.

Outro aspecto de Belo Monte está relacionado à não comunicação feita às populações próximas do rio Xingu -ribeirinhos- durante o licenciamento da hidrelétrica:

Em Abril de 2010, a Relatoria Nacional de Direitos Humanos e Meio Ambiente, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos e Ambientais (Plataforma

DHESCA), observou que “o projeto atual da usina de Belo Monte contém graves falhas e impactos irreversíveis sobre a população que vive às margens do rio Xingu, particularmente os ribeirinhos e indígenas. (...) Apesar de os milhares de indígenas e 24 grupos étnicos da Bacia do Xingu afirmarem publicamente que não foram, em nenhum momento, ouvidos durante o licenciamento de Belo Monte” (...) (OLIVEIRA, 2014, P. 16-17).<sup>8</sup>

A licença prévia de Belo Monte foi concedida pelo Ibama em 2010, mas havia um conjunto de medidas de mitigação e compensação a cumprir. Entre as medidas compensatórias propostas, estavam ações antecipatórias de educação, saneamento básico, que possuíam como meta preparar a região para receber a obra, prevenir e minimizar impactos, pois calculava-se um aumento de número de pessoas para a região. Entretanto, a construção da usina ocorreu no início de 2011, com o reconhecimento pelo Ibama da existência de medidas pendentes que deveriam preparar a região para receber a usina (ISA, 2015).

Outros problemas, decorrentes da construção de Belo Monte, dizem respeito ao aumento do número de assassinatos na região, aumento de acidentes de trânsito, casos de violência contra mulheres e roubos. Os povos indígenas também sofrem consequências devido à degradação ambiental e aos impactos ocasionados nos territórios, gerando perdas que dificultam a manutenção das formas tradicionais desses povos. Outras consequências decorrem da falta de organização para os reassentamentos e pouca transparência do processo. Dessa forma, são notificados reassentamentos pouco apropriados, sem a existência de serviços de educação, transporte, e ainda, atingidos que não foram cadastrados (ISA, 2015).

Populações rurais e ribeirinhos também sofrem consequências da instalação da usina, e não estão sendo reassentados em condições semelhantes às que viviam anteriormente. Desse modo, implicações da obra revelam que populações ribeirinhas estão se apropriando de formas de vida urbanas, visto que não há meios para assegurar as formas anteriores de vida (ISA, 2015).

Outros estudos, realizados por antropólogos e sociólogos com populações rurais, como o de Rodrigues (1999), confirmam que comunidades submetidas ao remanejamento forçado em situações determinadas pela construção de grandes obras, tais como as hidrelétricas, além de demonstrarem o quanto essas obras produzem mudanças socioculturais significativas, quando essas populações se deparam com a inevitabilidade de saída coletiva dos espaços sociais em que vivem. Segundo a autora, o projeto de uma represa, quando se insere em

---

<sup>8</sup> Para Oliveira (2010), a Licença de Instalação (nº 770/2011) autorizando a instalação do canteiro da obra, alojamento de trabalhadores, abertura de estradas foi concedida em 26 de Janeiro de 2011 com a presença de condicionantes.

determinada região, torna inevitável a saída das populações existentes na área. Tal é a condição para que a obra se efetive (RODRIGUES, 1999). Tais comunidades tornam-se, assim, desprovidas das condições sociais e econômicas das quais necessitam para produzir sua sobrevivência.

A forma com que tais processos são conduzidos por agências governamentais, ainda segundo Rodrigues (1999), preconiza o desaparecimento coletivo de populações rurais sustentado pela ideia de um suposto “desenvolvimento”. Isso explica o apelo ao caráter de “utilidade pública”<sup>9</sup> e à necessidade da obra por parte das agências governamentais para justificar a implantação de projetos hidrelétricos.

Vale destacar que algumas críticas estão também relacionadas às próprias hidrelétricas, como questionamentos feitos em relação à vida útil das represas<sup>10</sup> ou à forma como os licenciamentos ambientais são feitos, que deveriam permitir ou não a instalação de um empreendimento. Neste caso, para Zhouri e Oliveira (2005), o licenciamento ambiental deveria garantir que as decisões políticas realizadas estivessem de acordo com a sociedade, ou deveria possibilitar a proteção dos cidadãos no campo político de modo democrático. Entretanto, os licenciamentos têm apresentado resultado contrário, pois se adequam aos jogos políticos. Desta forma, “não teriam impacto para deter tais empreendimentos e cumpririam, sobretudo, uma função cênica para garantir a aprovação de empréstimos” (WALDMAN, 1997, p. 84).

Zhouri e Oliveira (2005) constataam que a construção de barragens hidrelétricas requer a ocupação de amplas extensões territoriais, muitas vezes em detrimento de segmentos sociais vulneráveis, como populações ribeirinhas e comunidades étnicas. Como resultado, em função de uma visão hegemônica de “desenvolvimento e progresso”, comunidades rurais são destituídas de um meio ambiente que, por gerações, vem assegurando a manutenção e a reprodução de seus modos de vida.

Após a discussão de impactos causados por algumas hidrelétricas no Brasil, serão discutidos a seguir, os grandes projetos que historicamente foram implantados no Vale do Jequitinhonha.

---

<sup>9</sup> Conforme Rodrigues (1999), as obras têm como justificativa a “urgência” para produzir energia para uma grande cidade, no caso em questão, a cidade de São Paulo. Entretanto as populações envolvidas são prejudicadas.

<sup>10</sup> Para Waldman (1997), a instalação de hidrelétricas causa danos, impactos não necessários, principalmente se considerado que a vida útil de uma barragem seria de, no máximo, trinta anos.

### 1.3 Considerações acerca do Vale do Jequitinhonha e dos “grandes projetos”

Conforme Nogueira (2007), o Vale do Jequitinhonha, banhado pelo rio Jequitinhonha, cujo nome caracteriza a região, está situado na região Nordeste de Minas Gerais e ocupa uma área de 79 mil Km<sup>2</sup>. Segundo dados apresentados por Silva (2005), o rio Jequitinhonha nasce na Serra do Espinhaço, entre Serro e Diamantina, e deságua no Oceano Atlântico, após percorrer uma distância de 920 km, destes, 760 km em Minas Gerais.

Ainda de acordo com Nogueira (2007), o Vale do Jequitinhonha encontra-se dividido em três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha<sup>11</sup>. O Alto Jequitinhonha é conhecido como uma das regiões de ocupação mais antiga, o Baixo Jequitinhonha apresenta a agropecuária como atividade marcante da região, e o Médio Jequitinhonha, por sua vez, apresenta características do Alto e Baixo Jequitinhonha, sendo considerada região intermediária entre as duas sub-regiões. O Alto Jequitinhonha compreende as microrregiões de Diamantina e Capelinha, o Médio Jequitinhonha é representado pelas microrregiões de Pedra Azul e Araçuaí e no Baixo Jequitinhonha, encontra-se a microrregião de Almenara.

De acordo com Ribeiro (2003) o Baixo Jequitinhonha é marcado por grandes propriedades e pecuária extensiva. Sua ocupação remonta do século XIX e alguns fatores explicam o povoamento como, a grande fertilidade da mata atlântica, que a tornou escoadouro do povoamento da região mineradora do Alto Jequitinhonha e do Sudeste baiano e a expansão do cacau no sul da Bahia desde o final do século XIX, que propiciou a introdução da pecuária na região. Ainda de acordo com o autor:

*A abertura das matas da região começou entre o início e o meio do século XIX, por famílias de agricultores posseantes com suas lavouras de tocos, que migravam para a região em busca da terra de mata, sadia e descansada. Mas a ocupação em grande escala ocorreu no final do século XIX, com o gado curraleiro; tangendo estes bois estavam baianos, que contribuíram para instalar uma sociedade baseada em*

---

<sup>11</sup> De acordo com Souza (2010), a região do Vale do Jequitinhonha é dividida em três partes, alto, médio e baixo Jequitinhonha. No entanto, Souza revela que uma quarta parte, mais ao norte do Estado é também identificada e compreende a antiga área da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Esta parte faz referência ao Vale do Jequitinhonha mineiro, no entanto, se for levado em consideração a parte baiana da bacia do Jequitinhonha, ela passa a ser considerada como Baixo Jequitinhonha e a parte mineira, por sua vez, fica dividida apenas entre alto e médio Jequitinhonha.



pecuária e instituíram a grande fazenda de criação como um domínio modelar da terra (RIBEIRO, 2003, p. 2).

No Médio Jequitinhonha, por sua vez, existe um misto de agricultura e mineração, “inclusive da nova mineração de grafite, lítio e granito no circuito Araçuaí, Pedra Azul, Medina” (SOUZA, 2010, p. 22).



FIGURA 1

O Vale do Jequitinhonha

Fonte: [www.ufmg.br/polojequitinhonha](http://www.ufmg.br/polojequitinhonha)

Nogueira (2007) considera que, no século XVIII, o Vale do Jequitinhonha foi fortemente marcado por ocupações territoriais, com a presença da mineração e da agropecuária, como atividades econômicas principais. Conforme Zhouiri e Zucarelli (2010), com relação à mineração, o Vale do Jequitinhonha é também associado à exploração de ouro e de diamante no Alto Jequitinhonha, no período acima considerado, o que provocou estímulo e povoamento da região.

Referindo-se ainda à mineração e ao povoamento da região do Vale do Jequitinhonha, Graziano e Graziano Neto (1983) consideram que a ocupação do Vale do Jequitinhonha ou da região do Geraes se deu por meio da criação de gado em meados do século XVIII e contribuiu

para que a mineração pudesse se estabelecer na região<sup>12</sup>. A região das Minas, também no Vale do Jequitinhonha, foi importante na extração mineral, inclui os municípios de Diamantina, Serro, Grão Mogol e Minas Novas que, no século XVIII eram referência para a extração de ouro e diamante. Souza (2010) verifica que no Alto Jequitinhonha, a mineração, foi de fato, predominante na região e que resultou das bandeiras paulistas que chegaram no final do século XVII.

A rota da mineração avançou pelo sul e se instalou na região central (Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Sabará, Caeté), avançou pela Serra do Espinhaço até o Alto Jequitinhonha (Serro, Diamantina, Itacambira, Minas Novas e Grão Mogol) e demarcou um único ponto a noroeste da capitania (Paracatu), prossegue até as minas de Goiás e Mato Grosso. Tais fatos acontecem nas primeiras décadas do século XVIII, com descobertas de ouro de aluvião, de nascimento de vilas e de deslocamento de populações (SOUZA, 2010, p. 11).

Entre o final do século XVIII e início do século XX, ocorre a lenta decadência da mineração. Entretanto, o garimpo da região não é extinto, mas passa a se constituir, segundo Graziano e Graziano Neto (1983), como uma atividade complementar à produção agrícola. Em suas análises, Souza (2010) expõe que, se atualmente ainda existe atividade de mineração, tal atividade está concentrada no Alto Jequitinhonha.

Com a decadência da mineração, a produção agrícola se modifica. Junto a essa produção, foram organizadas fazendas com o intuito de produzir produtos com alto valor comercial, como o gado de corte e o algodão. Dessa forma, essas fazendas surgiram devido à substituição realizada por empreendedores da mineração, quando esta entra em decadência (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Maia (2000) revela que, com a implantação da monocultura de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, na década de 1970, a região do Alto Jequitinhonha se destaca como a região que recebeu maior incentivo em florestas de eucaliptos, enfatizando a participação do Estado nos incentivos concedidos para o reflorestamento. De acordo com ela:

(...) O apoio do Estado através da concessão de vultuosos incentivos fiscais e da implantação de infra-estrutura básica foi decisivo para a expansão da atividade na região, assim como a intervenção da RURALMINAS ao determinar a condição legal das terras a serem reflorestadas (MAIA, 2000, p. 57).

---

<sup>12</sup> De acordo com Graziano e Graziano Neto (1983), o Vale do Jequitinhonha encontra-se dividido em duas regiões com características geográficas diferentes: a região do Geraes e a região das Minas.

Calixto et al (2006) concordam com Maia (2000) em relação aos incentivos fiscais que promovem a implantação de eucaliptos no Alto Jequitinhonha. Segundo os autores,

O programa de incentivos fiscais, aliado à definição de áreas prioritárias para reflorestamento foi o propulsor das atividades de silvicultura no alto Jequitinhonha, que se encaixa perfeitamente nos planos governamentais como uma região de terras de baixo custo, além de possuir grandes extensões de terras planas, que favoreciam a mecanização intensiva, viabilizando sua ocupação nos moldes da agricultura que se implantava no país na época, atraindo grandes investimentos para a região, na maioria empresas siderúrgicas de Minas Gerais, que viram na região possibilidade de expandir suas atividades de reflorestamento para produção de carvão vegetal visando ao abastecimento de seus altos- fornos (CALIXTO et al, 2006, p. 13).

Em outras análises a respeito de empreendimentos como os eucaliptos, Zhouri e Zucarelli (2010) afirmam que as áreas de chapadas -mais altas e planas- foram consideradas devolutas a partir da década de 1970. Desde então, têm sido utilizadas para plantio de eucaliptos e para utilização e exploração por empresas privadas. Dessa maneira, grandes áreas territoriais foram ocupadas para a monocultura do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, promovendo expropriações de comunidades rurais da região.

Calixto et al. (2006) verificam que a forma de ocupação das chapadas, utilizadas pelas comunidades rurais para obtenção de frutos, lenha e para criar gados, tem sido modificada, já que a paisagem é uniformizada pelos projetos de eucaliptos, o que ocasiona perda para as populações locais. Sendo assim, o reflorestamento tem como proposta desenvolver a região considerada como uma “região problema”, ou ainda, procura o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha considerado como “vale da miséria”. Entretanto, o que ocorre, na prática, é que tais empreendimentos modificam o modo de vida de comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha.

Calixto et al. (2006) revelam que até 1970 as chapadas eram de uso prioritário dos moradores da região, ou seja, as referidas comunidades possuíam direito de uso comum, havendo sobre as grotas uso privativo da família que nelas trabalhava. Desse modo, “os membros de uma comunidade podiam extrair os recursos necessários, desde que obedecido o código estabelecido pela comunidade” (CALIXTO ET AL, 2006, p. 8)<sup>13</sup>. No entanto, desde a

---

<sup>13</sup> De acordo com Galizoni et al. (2000), as grotas são vales de água úmida e fresca, onde se encontram as nascentes de água. As famílias se localizam nas grotas devido à proximidade com as nascentes de água, o que possibilita realizar as atividades produtivas. Além da casa de morada, as áreas de produção e trabalho familiar também estão localizadas nas grotas, como o terreno onde os frutos são cultivados, os canteiros de plantas medicinais, flores, temperos, e onde estão os animais. Plantas comestíveis são também cultivadas: abóboras, quiabo, entre outros. As chapadas, por sua vez, contrapõem e complementam as grotas, já que são grandes extensões de terras planas elevadas, onde existe escassez de água e o solo possui pouca fertilidade. Essas áreas são utilizadas para pastagens e para extrair recursos da natureza: frutos, lenha, madeira.

implantação dos eucaliptos, muitas áreas ocupadas por comunidades rurais foram invadidas, expropriadas, o que ocasionou mudanças e conflitos.

As visões sobre a pobreza do Vale do Jequitinhonha são fundamentais para o entendimento deste processo. Para Moura (1978), o Vale do Jequitinhonha é considerado uma região pobre, de “estagnação secular”<sup>14</sup>, que difere do restante do país. A insistência com relação à questão social do Vale do Jequitinhonha, baseada em rótulos e números, dissemina a visão negativa a respeito do Vale do Jequitinhonha. A pesquisadora aborda a distinção entre pobreza ideológica da terra e pobreza concreta, ou seja:

A pobreza ideológica da terra é representação transversal à sociedade agrária e às políticas estatais que perpetuam a ideia de que solos pouco produtivos, agredidos ora por secas ora por enchentes, explicam a dependência do lavrador face aos fazendeiros (...) (MOURA, 1983, p. 5).

Moura (1983) esclarece ainda que, a respeito da pobreza, lavradores faziam referência à condição de pobreza, mas se referiam ao fato de ser pobre com decência, ou seja, os lavradores possuíam terra para plantar, casa para morar e havia comida. Portanto, não se consideravam ‘pobres absolutos’. Nesse caso, a ‘pobreza absoluta’ faz mais sentido quando o termo é associado à expulsão da terra, ou à invasão, quando os lavradores expropriados ou invadidos, perdem tudo o que possuem.

Para Nogueira et al. (2007), entretanto, existe contraste na região, onde a presença da pecuária de corte e a produção de alimentos básicos coexiste com a utilização de equipamento modernos. Entretanto, verifica-se no Vale do Jequitinhonha um contraste estabelecido a partir das riquezas do subsolo, do patrimônio cultural, do artesanato, e do turismo, em relação à população considerada pobre. De um jeito ou de outro, os projetos, empreendimentos implantados na região, como os eucaliptos e, como veremos a seguir, as hidrelétricas, são instalados na região sob a justificativa de que o Vale do Jequitinhonha é uma região pobre. Como afirmam Zhouri e Oliveira,

---

<sup>14</sup> Quanto à estagnação, “após o declínio da mineração, e em seguida do algodão, poucos relatos temos de processos e arranjos socioeconômicos e socioculturais que relacionem a bacia do Jequitinhonha a outras áreas do país. Isso produziu o discurso de seu isolamento, que, posteriormente, reforçou, por sua vez, a compreensão de certa homogeneidade e coesão regional” (SEVILHA, 2012, p. 32). De acordo com Ribeiro citado por Servilha (2012), com o fim da exportação do algodão, o Jequitinhonha passa a enviar sua produção agropecuária para mercados vizinhos e perde o fluxo comercial de maior significado com os grandes centros econômicos do país e do exterior, o que reflete na concepção de isolamento e estagnação do Vale. No entanto, essa explicação apenas faz sentido a partir do ponto de vista de quem enxerga o Vale a partir daqueles centros. Este foi apenas um breve comentário sobre o assunto, que não será discutido neste trabalho.

As imagens historicamente produzidas pelos governos e pelos segmentos empresariais sobre o Vale do Jequitinhonha tornam-se significativas. Associadas, elas ajudam a compor um quadro de pobreza, miséria e estagnação, justificando, assim, a implantação de projetos econômicos (ZOURI; OLIVEIRA, 2005, p.56).

As análises realizadas por Moura (1978) revelam a ocorrência no Vale do Jequitinhonha, de expropriações e expulsões decorrentes da implantação de projetos que “procuram desenvolver” o Vale do Jequitinhonha, além da violência material, física, desencadeada por grandes empresas nacionais e multinacionais que exploram a madeira nas chapadas e a produção de eucalipto.

São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato<sup>15</sup> que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social. A concomitância dessas duas faces da expansão capitalista presta-se desde já a um rápido exame da ideologia que pretende diluir suas contradições. A presença da reflorestadora serve a uma versão transversal a toda a sociedade local sobre o que ocorre na área: dissemina-se a ideia de que é ela a responsável principal pelo processo de expropriação de pequenos lavradores e, conseqüentemente, pela violência que ocorre no campo. Culpar a florestal é procedimento bastante difundido, escapando às consciências as múltiplas dimensões do fenômeno da perda das condições de produção que vem sofrendo a população camponesa (MOURA, 1978, p. 3).

Dessa maneira, Moura (1978) observa formas de expropriação ocasionadas pelas fazendas e também pelas reflorestadoras e ainda alianças entre as fazendas e as reflorestadoras, pois estas últimas necessitam das primeiras para manter suas atividades. Dessa forma, a ideologia da florestal, nas palavras utilizadas por Moura (1978), serve de duas maneiras aos fazendeiros, ou seja, procura fazer com que não seja facilmente notada a exploração sofrida pelos camponeses, atribuindo a exploração à reflorestadora, e “permite ao camponês ‘entender’, ao menos em parte, porque precisa aceitar ‘tratos’ – cada vez mais lesivos à sua reprodução física e social que a fazenda lhe propõe, para escapar do trabalho avulso na empresa reflorestadora” (MOURA, 1978, p. 4). Entretanto, tanto a fazenda quanto as reflorestadoras, ou tanto os empreendimentos, como as plantações de eucalipto, e os fazendeiros da região, promovem formas de violência e expropriam camponeses do Vale do Jequitinhonha.

Este é o caso de projetos como os de mineração, de reflorestamentos e também das hidrelétricas.

Nesta lógica, os projetos hidrelétricos, minerários e a monocultura de eucalipto se multiplicam no Vale do Jequitinhonha convertendo os lugares vividos em paisagens industriais, assim esvaziando e anulando os sentidos que anteriormente faziam do

---

<sup>15</sup> Isso será estudado em sequência.

espaço um território de reprodução social das famílias e dos seus modos de vida (ZHOURI; ZUCARELLI, 2010, p. 232).

Os referidos projetos tem, como objetivo, “desenvolver” a região do Vale do Jequitinhonha. Entretanto, a literatura a respeito do tema, como a exposta acima, expõe o contrário, como a promoção de mudanças na vida das populações rurais do Vale do Jequitinhonha ocasionadas pela implantação dos projetos desenvolvimentistas. As plantações de eucalipto provocam a expropriação de moradores, homogeneização do ambiente e a dificuldade das populações de realizar os cultivos tradicionais. Também os projetos hidrelétricos promovem formas de desterritorialização e modificam o modo de vida das populações atingidas.



## **CAPÍTULO 2**

### **TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA**

A proposta do segundo capítulo é abordar os conceitos de território, territorialidade, memória, espaço e lugar. Além disso, são discutidos, particularmente, os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, uma vez que os “atingidos” pela hidrelétrica de Irapé foram retirados de seus territórios, o que configura a desterritorialização, e foram reassentados em um novo espaço, fato que remete uma “nova” “reterritorialização”.

Discute-se sobre o papel da memória a partir de alguns estudiosos como Halbwachs, Le Goff, entre outros, para auxiliar no entendimento do resgate do passado e sua interação com o passado dos atingidos.

Também neste capítulo, comentários são feitos sobre os momentos de dificuldade enfrentados pelos atingidos, no momento de deslocamento do território atingido de origem e de chegada fazenda Riacho da Porta. Comentam-se também, algumas histórias sobre a chegada da Hidrelétrica de Irapé.

As discussões deste capítulo são essenciais para que se possa entender a relação dos atingidos com o território e perceber como a territorialidade é construída, ou, mais especificamente, a relação dos “atingidos” com a terra, destacando o trabalho realizado pelos reassentados ou pelos camponeses. Cabe lembrar que, para entendimento da construção da territorialidade foi realizada pesquisa qualitativa de característica etnográfica, que se utiliza de observação da comunidade em seu território e a observação participante.

No item a seguir, procura-se entender as definições dos termos usados por alguns autores como Moura (1986), Woortmann (1990), Vainer (2004), Martins (1990), Novaes (1997) entre outros, para compreender os termos associados à ruralidade, ao campesinato, aos termos “reassentados”, e “atingidos”. Dessa forma, há a tentativa de entender a utilização desses termos e como são apropriados pelos reassentados. Enfim busca-se o entendimento da representação dos reassentados sobre si mesmos.



## **2.1 Os termos e seus significados: “atingidos”, “camponeses”, “agricultor familiar”, “reassentados”**

Esta parte do trabalho procura entender os significados dos termos utilizados pelos “atingidos” e observados na comunidade reassentada. Tal esforço se justifica por facilitar o entendimento de como os “atingidos” representam a si mesmos, como se identificam e como lidam com os termos relacionados a eles. Rodrigues (1999) utiliza o termo “desapropriado” como o que melhor define e representa os sujeitos por ela analisados. O termo desapropriado é interpretado pela antropóloga como associado à perda da terra, perda do patrimônio social, religioso, econômico e cultural, dos sitiante.

Ao se designarem no presente como “desapropriados”, procuram interpretar não somente a sua passagem por um processo desapropriatório, mas também a sua ligação anterior com a terra, rompida com a chegada da represa. Ser desapropriado é ter sido sitiante, com a plena vinculação que define “ser sitiante” como uma categoria social: a relação estreita, peculiar e produtiva com a terra (RODRIGUES, 1999, p. 164).

Na interpretação da antropóloga, o termo “atingido” não aparece, pois, no caso por ela analisado, não houve movimento político organizado. Vainer (2004) por sua vez, refere-se ao termo associando-o ao movimento de atingidos por barragens. Nesse sentido, a organização dos atingidos cresce nos anos 80, em diversas regiões do Brasil, junto com o crescimento de outros movimentos, como o movimento dos sem terra. O primeiro encontro nacional de trabalhadores atingidos por barragens, ocorrido em 1989, com vistas à afirmação junto à política energética e política nacional, expressa algumas reivindicações, como a participação da classe trabalhadora na elaboração de políticas para o setor elétrico, e que sejam tomadas providências para resolução de problemas sociais e ambientais ocasionados por hidrelétricas.

O Encontro Nacional dos Atingidos procurou discutir também sobre “quem são os atingidos”. No debate ocorrido, rompe-se com a definição de que atingidos são apenas os “afogados”. O movimento reconhece que historicamente os afogados são os que primeiro se mobilizam, e considera “atingido” como todo aquele que sofre modificações nas suas vidas (VAINER, 2004).

Apesar de o Encontro Nacional dos Atingidos considerar “atingido” como todo grupo que sofre modificação na sua vida, Vainer (2004) menciona também que, alguns estudos relacionados aos impactos de barragens, não questionam ou problematizam as origens de

grandes empreendimentos, o que contribui para que as populações sejam representadas como incapazes de se tornarem sujeitos de direitos e de transformar o ambiente das hidrelétricas. Desse modo, tais populações não podem ser pensadas como agentes sociais coletivos. A noção de atingidas associa-se assim, a uma posição passiva (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

No entanto, embora os dados empíricos deste trabalho demonstrem que os reassentados entrevistados não se reconhecem como atingidos, quando o referido termo é associado a um movimento político organizado, não se pode deixar de mencionar o papel preponderante de assessoria de Campo Vale, mencionada em momento anterior, da FETAEMG, CEDEFES, GESTA, da Comissão dos Atingidos, que tiveram papel considerável no auxílio à conscientização dos atingidos como a realização de campanhas judiciais, encaminhadas a entidades nacionais, internacionais e ao Ministério Público Federal.

De acordo com Zucarelli (2006) a formação da Comissão dos Atingidos pela hidrelétrica de Irapé iniciou-se junto com o surgimento dos estudos para a construção da barragem, em 1988. Entretanto, na referida data, a mobilização das comunidades era precária. Somente no momento de elaboração do Plano de Controle Ambiental (PAC) da represa, com o surgimento da possibilidade de perdas da terra, houve uma considerável atuação da Comissão dos Atingidos e seus assessores, contribuindo para que as famílias se mobilizassem para garantir seus direitos.

Com relação ao termo atingido, verificou-se na pesquisa realizada certa dificuldade por parte de alguns reassentados quanto à auto definição como atingidos, e como mencionado acima, a pesquisa revela que os reassentados não se reconhecem como atingidos no contexto político, como o exposto por Vainer (2004). Alguns relatos constituem exceção, como o do Sr. J, representante da comunidade no período de negociação com a Cemig. Existe, na fala abaixo, uma ideia de atingido associada à participação na busca de melhorias para a comunidade. Mas há também atingido no sentido de sacrifício e da dificuldade enfrentada pelo representante, como ter que deixar a família por longos períodos:

Eu considero como atingido (...) porque a gente que como diz, que luta com o movimento, a gente é atingido, né, você sabe por quê? Porque a gente desapega tudo, você quando a gente faz assim, uma entrega assim a um movimento que você vai trabalhar em benefício da sociedade, a gente muitas vezes desapega até da família fica muito tempo fora, né, muitas coisa você deixa passar, igual minha lavoura mesmo, quando eu chegava já estava tudo morrendo no mato tinha que cuidar, né. A gente é atingido primeiro, então eu acho que eu fui o mais atingido (...) (J., Entrevista, 06/12/2014).

Existem ainda outras referências com relação ao termo atingido associadas a ser alagado pela hidrelétrica de Irapé, ao rompimento de laços da comunidade propiciado pela instalação da hidrelétrica. Na fala a seguir, a Sra. G. revela o descaso pelo qual passou, pois suas terras possuíam muitos herdeiros e foi demorado regularizá-las. Desse modo, não foi construída uma casa para a atingida, que foi morar em uma antiga casa na fazenda.

Entretanto a Sra. G. construiu outra parte da casa, como fez grande parte dos atingidos. De acordo com a atingida, quando a fazenda Riacho da Porta foi escolhida pelos atingidos, ela também pensou que mudaria como os demais reassentados. No entanto, não foi o que aconteceu:

Depois no fim eu pensei que eu também vinha, e depois falou assim , vai ser assim as pessoas que é indireto, (...) que não vai ser atingido pela barragem, não vão ir, ficou só eu que não ia. Ai, eu falei assim, ai eu conversei com eles, como é que eu vou fazer, já estava construindo as casas, né, já marcaram que as pessoas que iam, e eu fiquei sem, me tiraram, eu falei assim, mas como é que eu vou fazer? Vocês vão fazer uma casa pra mim na cidade, que eu não vou ficar na roça sozinha, eu vou ficar isolada, o que vocês vão fazer, vocês vão me tirar, ou me deixar isolada? Eu vou ser atingida do mesmo jeito que os outros, os outro é pela barragem eu porque vou ficar sozinha, isolada (G., Entrevista, 28/02/2015)

Na fala anterior, existe ainda a revelação das dificuldades vivenciadas pela atingida. Haveria um rompimento de laços com a comunidade, o que a deixaria isolada. A atingida não recebeu casa construída, com luz. Entretanto procurou resolver problemas como a instalação da luz elétrica:

O dinheirinho que eles me deram lá, mal deu a conta deu fazer as planta aqui do quintal, que as planta que tinha lá, eu fiz as planta aqui (...) eu plantei alguma coisa, e aqui essa casa aqui foi por minha conta, a Cemig não me deu nada, nem as terra, eles gradeou as terra pra todo mundo, cinco hectares, eu não ganhei, não ganhei a gradeação de terra, não ganhei luz, não tinha luz. Eu pus, eu pedi a luz por minha conta, eles puseram para todo mundo, pra mim não. Então porque eles falou que era indireto eu só ia trocar uma terra pela outra, só, e não ia me dá mais nada, aí o dinheirinho que eu sai de lá que eles me deram (...) manter alguma coisa, pé de café, alguma coisa que a gente tem plantado aí, chacarazinha é dinheiro que a gente tirou de lá, das planta de lá (J., Entrevista, 28/02/2015).

De acordo com os reassentados, havia os atingidos diretos e os indiretos. Os primeiros tiveram suas terras diretamente afetadas pela barragem, com o alagamento de partes das terras. No entanto, ambos tiveram “direito” ao reassentamento, porque foram considerados da mesma comunidade, devido à existência de laços familiares entre eles. Sobre a importância da não divisão da comunidade, o reassentado expõe:

Porque todos aqueles que faziam parte da comunidade era atingido, de qualquer forma era atingido, né, porque se a gente tiver uma alegação, um com o outro, a gente depende muito que é criado em comunidade, em família, depende muito um do outro então a Cemig deu esse espaço quem era indireto que fazia parte da

comunidade, que frequentava ali o culto, frequentava ali o movimento social da comunidade, mesmo se aquela pessoa fosse mais distante da área atingida direta, eles tiveram o direito também de ser reassentado (J., Entrevista, 06/12/2014).

Em outra entrevista, realizada com o atingido mais velho da comunidade, é possível perceber a representação como atingido, vinculada à inundação pela Hidrelétrica de Irapé, “atingido é por conta que a água veio atingindo, né, a água veio atingindo a minha morada e de outro (...) essa água ia subir demais, demais” (J.A., Entrevista, 28/02/2015).

Outras observações feitas na comunidade estão relacionadas com o trabalho com a terra, com os termos camponês e agricultor familiar. De acordo com Moura (1986), que faz uma crítica a uma visão etnocêntrica, é possível observar um determinado grupo de maneira a resgatar suas representações e práticas. Para Moura (1986) o camponês pode ser descrito de diversas maneiras, por exemplo, como cultivador de pequenas extensões de terra, junto com a família. Tal descrição procura associar a condição camponesa com o controle do camponês sobre a terra. De outra maneira, descreve o camponês como:

O cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra (MOURA, 1986, p. 13).

Nesta última visão, o camponês é um produtor que se opõe ao não produtor. Outras análises procuram fazer distinção entre camponês e pequeno produtor, este último relacionado aos modos de produção. Já o primeiro, aparece, a partir da visão aqui considerada, como um conceito indefinido (MOURA, 1986). Entretanto, Moura (1986) considera problemático optar por um dos conceitos citados, pois, segundo ela, camponês e campesinato são termos, ou conceitos úteis, que possuem força histórica, não sendo possível, assim, desconsiderar o conceito de camponês e fazer referência apenas ao conceito de pequeno produtor.

Conforme Moura (1986), existe um grande número de expressões que se referem a camponês. Algumas expressões são designadas, outras são autodeterminadas. Algumas autodeterminações apresentam aceitação depreciativa de seus modos de vida, mas “no momento em que se identificam socialmente, não recorrem a qualquer designação humilhante. Um caipira não se autodenominaria assim; ele se reconhece como aforante, agregado, sitiante” (MOURA, 1986, p. 16).

Na pesquisa realizada foi ouvido o termo lavrador e agricultor familiar. O primeiro referindo-se essencialmente àquele que conhece a terra, ou seja, o termo foi associado aos

reassentados que escolheram as terras boas porque conhecem terra. Em conversa com uma reassentada, ela comenta sobre seu marido já falecido, mas que trabalhava na terra, “(...) ele é lavrador desde que quando entende por gente, aguentou trabalhar ele era lavrador”. (G., Entrevista, 28/02/2015).

Estudiosos questionam o desaparecimento do campesinato. Entretanto, Moura (1986) prefere falar em recriação, redefinição e diversificação do campesinato, pois “o sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês” (MOURA, 1986, p. 17).

Woortmann (1990), por sua vez, analisa o que ele considera como uma ética camponesa “constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (Woortmann, 1990, p. 11). Nesse aspecto, Woortmann (1990) não nega a economia como presente no campesinato brasileiro, ou seja, prefere considerar o camponês não como um “pequeno produtor”, a partir de uma análise considerada como objetiva, mas sim, procura uma interpretação subjetiva, ou seja:

Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como uma expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p.12).

Existe, de acordo com esta última consideração, um campesinato distanciado de determinações impostas pelo capital. Nesse sentido, existe uma campesinidade, ou seja, uma qualidade que, segundo Woortmann (1990), pode existir de modo diferente, ou em graus diferentes em distintos grupos específicos. Nessa perspectiva, não existem camponeses puros, mas uma campesinidade que se articula de maneira diferente<sup>16</sup> na modernidade.

Novaes (1997) e Martins (1990), em análise sobre o camponês e o campesinato, consideram os referidos termos como recentes no vocabulário brasileiro e introduzidos pela esquerda (PCB) no Brasil.

---

<sup>16</sup> Para Woortmann (1990), existem no Centro-Oeste posseiros movidos por lógica racionalizada, que evidenciava uma acumulação capitalista, de modo diferente, no Paraná, descendentes de colonos italianos, baseavam-se na tradição centrada no valor-família e no parentesco, diferente do princípio mercantil.

Traziam consigo toda uma visão da natureza das relações sociais no campo e do papel político que estava reservado ao “campesinato” (...). Tendo como referência o processo ocorrido em alguns países da Europa, ao “campesinato” brasileiro parecia estar reservado o destino histórico de, em aliança com as outras forças progressistas da sociedade, destruir o latifúndio improdutivo que representava um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo (...) (NOVAES, 1997, p. 35).

Para Novaes (1997), a palavra “camponês” foi também empregada de diversas maneiras e por diferentes grupos, como pelas categorias consideradas desenvolvimentistas, progressistas. Foi também utilizada por empresários interessados na superação do subdesenvolvimento, ou seja, foi usada por proprietários de terra em oposição às reivindicações de trabalhadores. Os termos camponês e campesinato ganham, assim existência através de ideias políticas, associações de trabalhadores no Nordeste.

Conforme Martins (1990), os termos camponês e latifúndio<sup>17</sup> correspondem às palavras políticas, ou seja, camponês e latifundiário são palavras que possuem um sentido.

Não são, portanto meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1990, p. 22).

Segundo Novaes (1997), se constrói uma identidade política camponesa, conquistada não somente através de semelhanças nas relações de trabalho, ou em relação a terra. Nesse sentido, a identidade em questão foi conquistada quando englobou a diferença e a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Não havia também valores prévios que possibilitassem a construção da identidade, pois,

Não havia uma “comunidade de valores” partilhada e prévia, pronta para fazer manifestar o *ethos* camponês. (...) Não havia um ponto de partida unificador, a identidade se construiu em um processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais (NOVAES, 1997, p. 54-55).

A identidade, portanto, foi construída no contexto das relações sociais, e a alteridade definida na relação existente com os padrões (NOVAES, 1997). No contexto considerado, o campesinato retratado define-se a partir de uma perspectiva política:

---

<sup>17</sup> De acordo com Novaes (1997), o latifúndio a que se opunham não era uma propriedade agrícola com tais ou quais características, mas sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados pelo poder local.

Ela remete à maneira pela qual os trabalhadores articularam e ordenaram experiências sociais coletivamente vividas em um processo concreto de confronto e diferenciação, (...) a partir do qual se delinearam os conteúdos e os contornos de sua identidade camponesa (NOVAES, 1997, p. 55).

Outras reflexões que também possuem uma articulação com contextos relacionados ao político dizem respeito à agricultura familiar. De acordo com Medeiros (2001), na década de 1980, surge uma nova organização do lugar político dos “pequenos produtores” na sociedade, resultado de mobilizações e do papel de lideranças sindicais. Tais acontecimentos contribuem para que os “pequenos produtores” ocupem lugares mais reconhecidos e seja configurado um novo perfil.

Foram importantes as atividades de formação de intercâmbios internacionais, promovidas principalmente por iniciativas da Igreja e de organizações não governamentais (...). Esses elementos somados ao crescimento do debate intelectual sobre a importância econômica e social da agricultura familiar, por meio da ação de assessorias, rapidamente passou a circular no meio sindical (...) (MEDEIROS, 2001, p.117).

Dessa maneira, a categoria “agricultura familiar”, substitui o termo dominante até os anos 80, o de “pequeno produtor”. Em decorrência disso, alguns temas passaram a ser discutidos e a ter novos significados, como por exemplo, as alternativas para comercialização e as dimensões ambientais da produção agrícola (MEDEIROS, 2001). Com relação ao termo agricultor familiar, tal palavra foi ouvida em alguns momentos pelos reassentados, principalmente quando comentavam sobre a escolha das terras para reassentamento. De acordo com os atingidos, as terras para remanejamento das comunidades atingidas tinham que ser próprias para agricultura familiar, e tal análise foi feita pela Emater e por engenheiros.

Outra categoria identificada diz respeito a ser reassentado. Devido ao fato de ter ocorrido a desapropriação e o reassentamento. Um atingido descreveu-se como reassentado, porque possuía terra. Desse modo, foi possível perceber a importância que teve para os reassentados ter conquistado as terras, depois de um longo processo de negociação com a Cemig. De acordo com um dos atingidos, houve a busca de experiência de atingidos em outras comunidades atingidas por barragem, o que possibilitou negociar com a Cemig para tentar diminuir as perdas da comunidade. Além da conquista de terra, proposta no termo de acordo, os atingidos de Cana Brava conquistaram também sementes, adubo, mecanização de

cinco hectares de terra, houve ainda, a negociação de um valor em dinheiro, que foi dividido igualmente entre os reassentados. No termo de acordo <sup>18</sup> constava, com relação às terras:

(...) equivalentes àquelas que atualmente ocupam, as terras deverão ter uma avaliação de capacidade de uso entre as classes I e VI, observadas na distribuição entre as classes e parâmetros e proporções estabelecidas neste Termo, prestando-se à continuidade das atividades produtivas, considerados os moldes em que são realizadas anualmente (...) (MINAS GERAIS, 2002, p. 13).

Quanto ao Termo de Acordo, conhecido como Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), foi formalizado no licenciamento ambiental da usina Hidrelétrica de Irapé pelo Ministério Público Federal (MPF), o estado de Minas Gerais, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), a Cemig. Houve também a participação da Fundação Cultural Palmares (FCP), a Associação Quilombola Boa Sorte e a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Irapé. No entanto, configurou um processo complexo e:

Sua assinatura, durante o licenciamento ambiental da usina de Irapé, trouxe para o processo duas importantes significações: a primeira, refere-se ao teor simbólico do documento, que reflete a existência de uma conduta transgressora daquele que descumpriu um direito fundamental da coletividade; a segunda, é o reconhecimento das comunidades rurais do vale do Jequitinhonha como atingidas pelo projeto hidrelétrico e, como tal, portadoras do direito ao reassentamento para continuidade da reprodução social das famílias (ZUCARELLI, 2006, p. 9).

Desse modo, a assinatura do TAC possibilitou ganhos com relação a considerar os modos de vida dos atingidos pela barragem de Irapé, e o reconhecimento das comunidades rurais. No entanto, o referido documento, a partir do processo de negociação, trouxe também perdas consideráveis para os atingidos, ocorreram atrasos para cumprir o termo de acordo (ZUCARELLI, 2006).

De acordo com o exposto acima, vários são os termos observados, mencionados pelos atingidos, como camponeses, lavradores, agricultor familiar, e que embora não se reconheçam como atingidos no termo de atuação política, assim o foram em alguns momentos, pois os representantes das comunidades atingidas atuaram junto com outras lideranças. Por fim, as entrevistas revelam o termo atingido como associado ao alagamento pela barragem de Irapé e às dificuldades vividas.

Depreende-se assim, que não houve uma total passividade por parte dos atingidos pela Hidrelétrica de Irapé. E que atualmente são agricultores, camponeses, pois valorizam a terra.

---

<sup>18</sup> Termo de Acordo estabelecido entre o MPF, Estado de Minas Gerais, CEMIG e FEAM com intervenção da Fundação Cultural Palmares, Associação Quilombola Boa Sorte e da Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé. Belo Horizonte/MG: Procuradoria da República em Minas Gerais, 2002. Maiores esclarecimentos sobre o Termo de Acordo, consultar: MINAS GERAIS, Ministério Público Federal (2002).



Algumas famílias comercializam o que produzem e muito do que é produzido pelos reassentados auxilia na alimentação das famílias. Desse modo, há uma forma de trabalho com a terra e uma importância da mesma como fundamental na “reprodução dos modos de vida” dos agricultores reassentados.

## **2.2 A Irapé e o processo de desterritorialização e reterritorialização**

A partir de pesquisas realizadas por Zhouri e Zucarelli (2010), percebe-se que a Hidrelétrica de Irapé, inaugurada em 2006, promoveu modificações nas dinâmicas sócio produtivas, nas relações de parentesco, em suma, mudanças diversas na vida das comunidades “atingidas”, entre elas, a que constitui um dos objetivos deste trabalho, isto é, a relação com o território.

Haesbaert (2006) apresenta abordagens relacionadas ao território ou à territorialidade que, embora considerados conceitos centrais na geografia, tornam-se analisados e conceituados desde a década de 1960, e se encontram também discutidos em outras áreas do conhecimento, como na ciência política, na sociologia, com enfoque nas relações sociais, e na antropologia, com destaque para a dimensão simbólica, interesse maior deste trabalho.

Oliveira (1998), referindo-se à discussão do território na Antropologia, considera que a discussão não é nova ou recente. Segundo o autor, a noção de território foi utilizada por Morgan para diferenciar formas de governo e associadas aos grupos de parentesco ou à propriedade. O conceito foi também retomado por Fortes e Evans Pritchard na classificação de sistemas políticos africanos.

Não obstante, para Little (2003), a renovação da discussão sobre territorialidade na antropologia procura abordar a conduta territorial como parte dos grupos humanos. O antropólogo conceitua territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, de maneira a convertê-lo em seu território. O autor procura entender a relação de um grupo com seu território, a partir do conceito de cosmografia, que envolve, por exemplo, os vínculos afetivos e as formas de defesa do território. Para ele, tal conceito é:

Definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2003, p. 254).

Little (2003) considera as transformações territoriais ocorridas no Brasil nos últimos séculos como relacionadas com processos de expansão de fronteiras. Essas transformações permitem considerar a história da expansão no Brasil como sendo uma história territorial, “já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que aí residem” (LITTLE, 2003, p. 255). Dessa forma, a colonização do litoral no século XVI e a ocupação da Amazônia e a escravidão dos índios nos séculos XVII e XVIII constituem exemplos que produziram choques territoriais e o consequente processo de territorialização promovido por povos indígenas e escravos africanos.

Já Correia (2004) relata que o Brasil, apenas se transforma em território em meados do século XX, quando no Governo de Getúlio Vargas é criada a Fundação Brasil Central, e quando a Capital Federal é transferida para o Planalto Central. Abrem-se, assim, estradas que passam a ligar Brasília a vários locais do território nacional, promovendo, desta forma, dinâmicas territoriais, mas com desrespeito às populações que sofriam os impactos de tais mudanças, como as nações indígenas. De acordo com o pesquisador, para que:

A expressão territorialidade possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (CORREIA, 2004, p. 20).

Outro aspecto que deve ser mencionado e que diz respeito ao território e à territorialidade é a relação de poder e dominação presente nos contextos de desapropriação por grandes empreendimentos. Conforme Haesbaert (2005), o território possui uma conotação material e também simbólica, ou seja, existe um processo de dominação e de poder desencadeado no contexto jurídico-político, como no caso dos desapropriados pela hidrelétrica de Irapé, e pode existir uma apropriação e identificação com o território para quem possui ou adquire um território. Dessa forma, emergem das interações com os espaços e territórios relações de dominação e apropriação, ou seja, desencadeia-se um processo capitalista e que dificulta uma apropriação ou reapropriação dos espaços (HAESBAERT,

2004). Como exemplo considerado, comunidades “atingidas por hidrelétricas”, a terra é transformada em mercadoria.

Deve-se, então, considerar as diversas relações sociais que podem ser estabelecidas nos contextos de territorialização, que envolvem diferentes sujeitos, grupos sociais, sejam desapropriados, sejam empresas ou o Estado. De acordo com Sack, citado por Haesbaert (2004), a territorialidade possui um aspecto simbólico, cultural, econômico e diz respeito à organização dos espaços e aos significados atribuídos aos lugares. Conforme ainda Fernandes (2006), a territorialização pode ser considerada como resultado contínuo da expansão do território, e “a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2006, p.8).

A memória<sup>19</sup> pode, assim, também estar associada com o território. Conforme Saquet et al (2005, p. 9):

O acontecer e a memória dos fenômenos culturais no espaço consubstanciam território. A memória modifica ou sugere um espaço distinto, particular; condiciona, influencia e é condicionada, sujeitada, determinada. Há, aí, uma relação recíproca entre o pensar e o ser.

De acordo ainda com a interpretação acima, as lembranças são reconstituídas no presente, o que possibilita a sustentação da memória. Dessa maneira, a memória faz com que se possa pensar ou repensar o que não foi permitido nos momentos vividos e propicia uma regeneração do tempo. Portanto, com relação à memória e ao território, “o território é, de todos os lugares de memórias espaciais, o que se identifica mais com a ação humana” (SAQUET et al, 2005, p. 9).

Outras explicações referentes ao processo de territorialização são realizadas por Oliveira (1998). Embora trate de comunidades étnicas específicas, sua explicação pode ser estendida as outras formas de apropriação de outro território, como o exemplo dos “atingidos” pela Irapé, aqui considerados, que se “reterritorializaram”. Dessa forma, a noção de territorialização diz respeito a processos de reorganização social que considera:

1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

---

<sup>19</sup> Estudo mais detalhado sobre a memória será discutido em seguida.

Dessa forma, não se referindo à etnicidade, este trabalho considera o vínculo dos atingidos com o passado, com os aspectos relacionados à elaboração ou reelaboração cultural e as formas de reapropriação da terra, analisados na pesquisa de campo.

Nesse sentido, pesquisadores consideram que os conflitos relacionados à Hidrelétrica de Irapé também promovem formas de territorialidade, já que são desencadeadas dinâmicas de:

(...) Desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado, juntamente com grandes empresas privadas e processos de reterritorialização distintos que visam à manutenção do território para os grupos locais, os quais re-elaboram identidades e discursos no processo de luta pelo reconhecimento e pela defesa de seus direitos territoriais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 55).

Haesbaert (2006) considera Deleuze e Guattari como os inventores da ideia de desterritorialização. Na abordagem realizada por Haesbaert (2006), a desterritorialização relaciona-se com a fragilidade das fronteiras, como as fronteiras estatais, ou está relacionada com a construção de identidades a partir da hibridização cultural. Neste aspecto, faz-se referência a um território simbólico. Haesbaert (2006) descreve a desterritorialização como movimento a partir do qual se abandona o território, e considera a reterritorialização como movimento de construção do território. A complementação sobre os processos de territorialização e desterritorialização é também apresentada por Fernandes (2006), que analisa a expansão e a criação de territórios como ações presentes nos processos de territorialização, e por outro lado, verifica o refluxo e destruição como decorrentes dos processos de desterritorialização.

Nos processos de saída ou de chegada a um território, ou, no processo de desterritorialização e reterritorialização, relações são estabelecidas a partir das interações com os lugares, os espaços e com o próprio território. Pereira (2012) considera o espaço como algo que antecede o território. No entanto, a ação humana contribui para transformar o espaço em território. Fernandes (2006) confirma a interpretação de Pereira (2012) e diz que todo território é um espaço, seja ele geográfico, social, político, cultural. No entanto, nem sempre todo espaço é um território, pois “são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*” (FERNANDES, 2006, p. 6). Little (2003) por sua vez, considera o “espaço” como dotado de abstração e genérico, e descreve o “lugar” como concreto e habitado.

De acordo com o exposto acima, nota-se que relações entre território e lugar se estabelecem no contexto da Hidrelétrica de Irapé, desencadeadas nos processos de desterritorialização e reterritorialização. Dessa forma, a ideia de pertencer a um lugar não diz respeito somente aos grupos originários de um determinado lugar, tampouco é desencadeada somente nos processos de etnicidade ou de raça, mas está relacionada com o espaço físico. Little descreve a questão da seguinte maneira:

A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam os primeiros ou não. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente na área por processos de etnogênese, e, [...], contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único *homeland*. Ser de um lugar não requer relação necessária com etnicidade ou com a raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado (LITTLE, 2003, p. 264).

Zhourí e Oliveira (2005), em análise de depoimentos de “atingidos”, realizada no contexto da usina de Irapé, verifica a referência ao lugar como “patrimônio”. Dessa maneira, revelando seus sentidos simbólicos, “é enquanto ‘lugar’ que o território assume importância e vitalidade para as comunidades” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005. p. 60). Dessa maneira, e de acordo como Little (2003), emergem do território vínculos sociais, simbólicos, rituais e valores diversos a partir de formas diferenciadas estabelecidas com os diferentes territórios.

Augé (2012), em descrições referentes ao termo “lugar antropológico”, o considera como a construção concreta e simbólica do espaço pode conter diversos significados. O lugar antropológico pode ser considerado, nessa perspectiva, como “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 2012, p. 51). A interpretação continua:

O lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não tem que ser objetos de conhecimento. O lugar antropológico, para eles, é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência (AUGÉ, 2012, p. 53).<sup>20</sup>

Dessa maneira verifica-se a importância do lugar ou do lugar considerado como “patrimônio” em Zhourí e Oliveira (2005). Entretanto devido à modificação nos “lugares” inicialmente “vivos” pelos desapropriados, modificações com relação ao território surgem, ou seja, os processos desencadeados por instalação de represas, como os observados por

<sup>20</sup> O autor citado foi mencionado pela Zhourí.

Rodrigues (1999), revelam a criação de um novo espaço pela obra. Forma-se um novo ambiente do projeto, não reconhecido pelos sitiantes desapropriados. A criação do novo lugar é descrita pelos sitiantes, observados pela autora, como diferente do lugar onde viviam:

O sentido da terra, exteriorizado pelos sitiantes, liga-se ao trabalho que é realizado nela e à família que dela vive. As novas condições de vida chocam-se com a forma de trabalho do sitiante. A terra é vendida para outra pessoa, de fora, que irá utilizá-la sob uma nova forma com uma nova função. Ela é vendida quando não pode mais possibilitar aquele mesmo modo de vida e quando deixa de existir como tradição, como patrimônio da família, e se transforma apenas numa mercadoria (RODRIGUES, 1999, p.102).

Frente a algumas situações em que a terra é transformada em mercadoria, podem surgir diferentes maneiras de se estabelecer em um território e que podem resultar no reconhecimento de grupos que buscam valorização frente às situações de conflito. Esses reconhecimentos se dão a partir da territorialidade, que, segundo Almeida (2008) possui a capacidade de promover a identificação, defesa e força, e decorrem ainda do estabelecimento de laços de solidariedade comum.

Almeida (2008) esclarece sobre o uso comum da terra, processo que também desencadeia a territorialidade, em que o controle sobre os recursos básicos não se dá de modo livre e individual por um determinado grupo familiar.

Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas (...) transitórias às regiões de ocupação recente (ALMEIDA, 2009, p.133).

O acesso à terra pode ocorrer não somente no contexto dos grupos familiares, mas também pode ser estabelecido devido à coesão e a solidariedade que podem estar presentes nas situações adversas (ALMEIDA, 2009). Devido às mobilizações camponesas por reforma agrária,<sup>21</sup> é reforçada a importância dos sistemas de uso comum da terra. A valorização do território resulta em denominações diversificadas, ou as formas de uso comum da terra que são originados das contradições capitalistas concentraram diversos segmentos camponeses.

---

<sup>21</sup> De acordo com Almeida (2008), com o surgimento de várias mobilizações camponesas por uma ampla reforma agrária, são verificadas em um dos pontos no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em Brasília, em Maio de 1985 reivindicações que demonstram a força conquistada pelo movimento social. Em decorrência, verifica-se a importância dos sistemas de uso comum da terra, em regiões de colonização antiga e recente.

Estes segmentos de camponeses e de seus descendentes, passaram a se auto-representar e a designar suas extensões segundo denominações específicas atreladas ao sistema de uso comum. A noção corrente de terra comum é acionada como elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação, que bem evidenciam, através de denominações específicas, a heterogeneidade das situações a que se acham referidas, a saber: “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de Irmandade” “terras de parentes”, “terras de ausente”, “terras de herança” (e/ou “terras de herdeiros”) e “patrimônio” (ALMEIDA, 2009, p. 146).

Tais denominações surgem a partir das relações sociais desencadeadas nos processos de reciprocidade, de conflitos para conquistar e manter acesso ao território, ou seja, as denominações.

Representam resultados de uma multiplicidade de soluções engendradas historicamente por diferentes segmentos camponeses para assegurar acesso à terra, notadamente em situações de conflito aberto. Para tanto foram sendo erigidas normas de caráter consensual e consoantes crenças mágicas e religiosas, mecanismos rituais e reciprocidades econômicas positivas. Não constituem, portanto, resultado de injunções pelo uso da força, da persuasão política, religiosa ou do saber (ALMEIDA, 2009, p. 139).

As explanações acima são essenciais para entender como os “atingidos” pela hidrelétrica de Irapé usam, controlam ou se identificam com o território, considerando-se o processo de desterritorialização e reterritorialização como norteadores para entender as relações no ambiente não originário. Isso conduz às seguintes questões: o que tem sido feito para manter o território? Quais relações prevalecem com o território expropriado? Como os reassentados se representam? Esses são alguns questionamentos que norteiam este trabalho e que serão desenvolvidos e discutidos a partir da pesquisa de campo.

A proposta é compreender, a seguir, através do trabalho etnográfico, de caráter qualitativo, e da memória, a relação do passado dos “atingidos” com o momento presente, analisar as mudanças desencadeadas pelo processo de desterritorialização e verificar ainda, o que tem sido feito para a adaptação no lugar reassentado. Desse modo, considerações são realizadas sobre o papel da memória e de sua capacidade de resgatar os fatos passados. No caso da pesquisa em questão, trata-se do resgate de um passado que pode demonstrar situações de conflito e de dificuldade vivida pelos atuais reassentados, que passaram por um período de vários anos entre reuniões e conversas, até o momento de saída do lugar onde viviam. Nesse contexto, apresenta-se a seguir, a importância da memória.

### 2.3 A memória

Como vimos, memória é parte importante das discussões em torno dos processos de territorialização e desterritorialização. Desta maneira, a análise a respeito de como a memória se apresenta é de extrema importância para entender como os “atingidos” pela Hidrelétrica de Itapé (re) elaboram o sentido de pertencimento ao seu território. Assim, são realizadas inicialmente, algumas conceituações referentes à memória e à história oral, para nortear a pesquisa com os “atingidos”. Espera-se, com isso, entender sua utilização ou verificação prática, no momento da pesquisa. Trabalhos como os realizados por pesquisadoras como Rodrigues (1999), Godoi (1999) e Halbwachs (1990) – este de caráter mais teórico –, entre outros, auxiliarão no entendimento do conceito de memória.

Rodrigues (1999) baseou sua pesquisa na memória, privilegiando os relatos orais que testemunharam o passado, o que possibilitou o conhecimento de sua repercussão e do significado para aqueles que vivenciaram a situação analisada pela autora. Em suas palavras, “(...) os depoimentos orais sobre o passado possibilitaram o conhecimento de sua repercussão e do significado que hoje tem para os seus principais vivenciadores” (RODRIGUES, 1999, p. 17).

Rodrigues (1999) procurou entender como o passado é narrado e qual o seu significado para aqueles que dele falam. Nesse sentido, o passado não foi meramente relatado, mas avaliado, julgado e construído dentro de um esquema que articula a condição de vida presente e os seus anseios para o futuro.

Pietrafesa de Godoi (1999), em pesquisa realizada junto a uma comunidade rural, também recorreu ao texto oral tradicional, por acreditar que ele apresenta certas características que o distinguem do texto literário, como o fato de ser um texto complexo quanto ao seu “extra contexto”, ou seja, algo que interage em um etnocontexto, ou num contexto que vem reforçar características de um grupo social, conferindo-lhe identidade.

A antropóloga observa que os camponeses, sentindo a pressão sobre seu território, ativam sua memória coletiva, que passa a atuar como ativadora de identidade. Nesse sentido, Pietrafesa de Godoi (1999) utiliza-se do trabalho da memória através do “filtro” fornecido pelos camponeses.



A questão foi analisada por Halbwachs (1990), que, em estudo clássico sobre memória coletiva, considera a importância de lembranças relatadas por várias pessoas.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa vocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p.25).

De acordo com Halbwachs (1990), faz-se apelo aos testemunhos para fortalecer ou para debilitar, mas também para completar, o que se sabe de um evento do qual se está informado de alguma forma, embora muitas circunstâncias pareçam obscuras. A primeira testemunha à qual se pode apelar somos nós próprios. Halbwachs (1990) continua:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Algumas lembranças podem ser traumatizantes, quando decorrentes, por exemplo, de situações que envolvem conflito. Em situações assim, o silêncio pode se fazer presente e emergir em momentos específicos, e, para que o relato possa existir, a escuta precisa se fazer presente.

(...) existem nas lembranças de umas e outras zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido pelo que se diz, ou, ao menos de se expor a mal entendidos (POLLAK, 1989, p. 9).

Outras análises sobre a memória são também realizadas por Le Goff (2012). De acordo com o autor, a memória coletiva é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Le Goff (2012) lembra, ainda, que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas às quais o homem pode atualizar informações passadas.

Pesquisas como as realizadas por Rodrigues (1999) não desconsideram a importância da memória individual. Para a antropóloga, mesmo trabalhando com a memória de indivíduos, não são descartadas as determinações sociais do contexto, a partir do qual a memória está

sujeita. Isso faz com que a memória, no contexto analisado pela antropóloga, não seja individual, mas coletiva.

Além dos aspectos coletivos relacionados à memória, outras discussões são também essenciais e dizem respeito ao tempo e ao espaço, igualmente associados à memória. De acordo com Lucena (1997), tempo e espaço misturam-se nas imagens das lembranças. A ação de lembrar algo se faz no presente, e a capacidade de rememorar não possibilita viver novamente o passado, mas depende da leitura realizada pelo sujeito que rememora.

A interpretação da autora acima continua, e ao citar Halbwachs, nota-se que quando um grupo se muda espontaneamente ou é obrigado a mudar para outro espaço, alguns traços da população se perdem. Nesse contexto, as mudanças que ocorrem são seguidas por sentimentos de medo, angústia.

Acontecimentos fortes, tais como a morte, mudanças, causam alterações nas relações do grupo com o lugar e, a partir daí, não será exatamente mais o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva, nem mais as mesmas imagens, nem o mesmo ambiente material. A mudança física é sempre acompanhada por medos, desejos, angústias e ressentimentos (LUCENA, 1997, p. 225).

A memória pode fazer com que o tempo e o espaço não se percam e pode contribuir para que se encontre o pertencimento. Dessa maneira, a memória se configura nos espaços ocupados, e na realidade vivida por um dado grupo, símbolos são transferidos e a invenção de ritos pode ser expressão de identidade (LUCENA, 1997).

Dessa maneira, a seguir, serão abordados aspectos individuais e também coletivos da memória, decorrentes do envolvimento dos “atingidos” com processos resultantes da implantação da barragem de Irapé. As descrições sobre a memória contribuirão para entender o contexto passado, ou seja, o momento de instalação da hidrelétrica de Irapé e saída dos “atingidos” e entender como as falas narradas pelos reassentados (as) se inserem no presente.

## **2.4 Atingidos pela hidrelétrica de Irapé: entre a partida e a chegada**

A hidrelétrica de Irapé encontra-se localizada no rio Jequitinhonha. O acesso ao eixo do barramento se dá a partir da ligação entre a Rodovia BR-367, ou seja, está situada entre os municípios de Berilo e Grão Mogol, como citado anteriormente. A barragem é considerada

um empreendimento de enormes extensões. O lago da Hidrelétrica em questão abrange sete municípios: Cristália, Berilo, Grão Mogol, Botumirim, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Turmalina. Dos remanejamentos ocorridos, 565 famílias foram reassentadas em 18 municípios: Januária, Francisco Sá, Montes Claros, Francisco Prudente, Grão Mogol, Cristália, Botumirim, Berilo, Turmalina, Itamarandiba, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Água Boa, Capelinha, Aricanduva, Angelândia, Setubinha.

A comunidade atingida pela hidrelétrica de Irapé, sujeito proposto para realização da pesquisa de campo, encontra-se reassentada no Alto Jequitinhonha, na fazenda denominada Riacho da Porta, no município de Diamantina, localizada à margem direita do Rio Jequitinhonha. A fazenda possui uma área de 2033,96 hectares, dividida em 17 lotes. Depreende-se que muitas famílias foram reassentadas em outros municípios, que não os de origem. Segundo informações recentes, um total de 1552 famílias foram remanejadas (Parecer Único SUPRAN Jequitinhonha nº: 337647/2010).



FIGURA 2

A hidrelétrica de Irapé  
Fonte: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)



FIGURA 3

Área de abrangência da hidrelétrica de Irapé

Fonte: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

Em entrevista com os atingidos, como veremos a seguir percebe-se a importância que tem o falar sobre os acontecimentos relacionados à hidrelétrica de Irapé, embora, se trate de um acontecimento difícil, que promove desestruturação na vida dos atingidos. O falar sobre os acontecimentos vividos revela a importância da escuta para o relato dos sofrimentos (POLLACK, 1989).

É importante enfatizar que a pesquisa aqui exposta realiza-se quase dez anos após o momento de deslocamento dos atingidos ou em momento posterior a inauguração da Irapé em 2006. Dessa maneira, fazer reviver as memórias do passado não foi um processo, pois, é preciso distinguir entre as conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas, e às circunstâncias que favorecem o surgimento das lembranças (POLLACK, 1989). Existe ainda,

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não- dito” à contestação e à reivindicação (...) (POLLACK, 1989, p. 9).

Assim como presenciei durante a pesquisa, as lembranças do passado foram emergindo, o que está de acordo com o pensamento do autor:

É que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como um espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado (...) dentro

desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 28).

Dessa forma, pôde-se perceber, nas falas que rememoram o passado dos atingidos, a incredulidade frente à iminência de instalação da barragem e que os atingidos não queriam mudar de suas terras. Somente quando percebem que não existia outra maneira, os atingidos tentam negociar com a Cemig, de maneira a tentar amenizar o processo de violência gerado pelo deslocamento. Uma reassentada, quando questionada sobre o início das notícias que dizem respeito à chegada da hidrelétrica, relata que não acreditava nas notícias sobre a instalação de Irapé:

Nós morava lá e o pessoal começou chegando né, e tirando foto, né tirando foto de tudo que a gente tinha né, e conversando com a gente, que ia sair uma barragem né, a gente nem acreditava mais aí foi passando o tempo, depois chegava outra equipe, tirando as fotos na beira do rio, colocando os marcos, né ai, passou, depois eles começaram a fazer reunião com a gente lá, né. Chegava conversando com a gente que ia ter que mudar, né, aí convocou meu marido para participar das reuniões, fora né, ele ia sempre pra com o povo do Campo Vale<sup>22</sup>, sabe nas reuniões né, pra saber como que ia ser a barragem, né, aí foi assim esse começo. (Q.,<sup>23</sup> Entrevista, 22/11/2014).

Um dos atingidos de mais idade da comunidade, o Sr. A. fala o seguinte a respeito do início das notícias sobre a Irapé:

Começou muito tempo, fazendo os projeto, eles chegaram lá em casa um dia, nós estava fazendo farinha, aí o pessoal falou, você sabe que isso tudo aqui vai ficar tudo dentro d'água", dona (M) falou: que isso! Vai fazer uma barragem que vai atingir (...) e levou aquelas pesquisas primeiro e acabou saindo, que isso começou por longe, eles puseram marco, lá em cima nos morro (A., Entrevista, 01/03/2015)

Estes relatos, referentes ao início das notícias sobre a barragem de Irapé, são semelhantes e se reforçam, o que possibilita falar em memória coletiva quando um acontecimento é evocado e fez parte da vida de um grupo (HALBWACHS, 1990). Nas palavras do autor:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

<sup>22</sup> Conforme Pereira (2012), Campo-Vale significa Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha, que teve suas atividades finalizadas em 2012. Foi fundado Julho em 1988, com sede em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha e possuiu importante papel de apoio e assessoria a organizações e movimentos populares, como os atingidos por barragens e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

<sup>23</sup> Os entrevistados (as) da pesquisa serão representados (as) pela primeira letra do nome.

Um morador de Cana Brava faleceu antes do processo de deslocamento da comunidade para a fazenda Riacho da Porta. Entretanto, escreveu versos em que é possível perceber a angústia e o receio da mudança, relacionados à memória:

Se eu mudar do meu sítio  
Eu não vou ter mais prazer  
Fico lembrando as coisas  
Que eu costumava fazer  
Nós vamos mudar para

Cidade  
Eu vou ficar sem o que fazer  
Se nós mudarmos para  
Cidade

Nós vamos para Turmalina  
Eu vou ficar tão sentido  
Que vocês nem imagina  
Vou sentar nas causadas

Ou ficar de pé nas esquinas  
Eu vou arranjar um lugar  
Pra fazer minhas plantações  
Eu ainda tenho forças

Nos braços  
E bastante calor nas mãos  
Já estou com pouca força  
Mas tenho muita opinião (...)

Muitos versos, não transcritos aqui, revelam, ainda, a dúvida de como seria sobreviver na cidade, onde é preciso ter dinheiro para viver, em contraposição à roça, onde existe fartura de alimentos. O atingido faleceu em 2003, dois anos antes do deslocamento dos atingidos para Riacho da Porta.

De acordo com a fala do Sr. J., representante da comunidade atingida, que participou efetivamente do processo de deslocamento e reassentamento de sua comunidade, o projeto de Irapé, tanto quanto o primeiro estudo realizado pela Cemig para sala instalação, iniciou na década de 1960. No entanto, os atingidos não foram comunicados inicialmente que se tratava de um projeto para instalar uma hidrelétrica. Somente quando foi criada uma comissão de atingidos e com o auxílio de representantes, os atingidos foram informados sobre o projeto para instalar a Irapé:

(...) O primeiro estudo que a Cemig fez na nossa região foi em 64, que deu origem de uma barragem que ia surgir no Vale do Jequitinhonha no rio Jequitinhonha né, aí ela foi mudando de lugar, mudando de lugar, aí quando foi em 91 a Cemig tornou retomar por necessidade de energia, tornou retomar esse antigo estudo, né, mas e como as leis mudaram foi preciso ela começar tudo de novo, que primeiro os governo cria as leis ambientais e depois eles mesmo tem que passar por cima delas pra grandes projetos igual foi o projeto de Irapé (...) que eles começam com o estudo de viabilidade, que tem que fazer o estudo de toda a região né, que foi uma coisa que nós estranhou na época porque eles vinham só estudando os bicho, os peixe, o relevo a mata e esqueceu do homem, né, então, foi na época que nós como diz, tomou iniciativa e criou uma comissão dos atingido, (...) eles vinham e mexiam dentro das terra da gente, passava. “Que que é? Nós estamos é olhando aqui outras coisas” e não falava pra gente que eles estavam trabalhando pra construir uma barragem, né. Com a comissão, nós teve reunião com o sindicato, a igreja, a comissão pastoral da terra deu a gente muito apoio, a PUC de Belo Horizonte nessa época, Cáritas, né. Então, a gente reuniu, quando criou a comissão, já vieram esses apoio, né aí a gente, que forçou a Cemig e ela teve que abrir o jogo, que ia construir uma barragem ali (J., Entrevista, 06/12/2014)

A fala anterior demonstra o descaso com que os atingidos eram tratados no início do processo da hidrelétrica de Irapé. As terras eram invadidas e não havia explicação do motivo.

Não, falavam com a gente não. Chegava dava pouca conversa, não tomava café na casa de ninguém, né, e já passava, não pedia licença, era assim quanto que a gente é desvalorizado. Mas com a comissão eles aprenderam respeitar, teve que respeitar (J., Entrevista, 06/12/2014).

O Sr. J. relata seu papel efetivo como representante regional dos atingidos por barragem e como iniciou o processo de negociação com representantes da Cemig para saber o que ocorreria com os atingidos.

Quando ela disse que é construção de barragem, aí a gente como diz, acabou também aquela revolta nós partiu pra negociar, né, que o mais importante é o seguinte, é negociar e vê o que ia fazer com aquele povo ribeirinha, que morava nas margens dos rios, nas margens de córregos, né, muitas vezes eles chegavam passava nas margens do rio Jequitinhonha, mas esqueciam que tinha uma grota aqui que descia um ribeirão que ia atingir gente pra li acima. O objetivo dessa comissão é assim é ir nas regiões, todas região do município e vasculhar todo mundo, aconteceu que nós chegava em casa nas grota que ninguém sabia nem quem era o prefeito do seu município, quanto mais barragem o que que barragem ia trazer, né, aí que a gente começou, o pessoal começou a se conscientizar, todo mundo ia pra reunião, quando chegou o momento de negociar mesmo, que isso aí já decorreu de quase dez anos, né que o bicho pegou, né, que nós tinha que a Cemig assinar um termo de acordo, esse termo de acordo ia dá nós direito, como diz remanejamento escolher a fazenda onde nós queria. (J., Entrevista, 06/12/2014)

Na continuação da fala do Sr. J. verifica-se que todo o processo, entre reuniões, conversas, reivindicações durou doze anos:

A de reivindicação, isso durou uns 12 anos (...) É foi de 89 já começou os primeiros movimentos né, até 2003 foi só negociação com a Cemig, né, nesse entrevale aí, desses 12 anos (...) sempre participando, (...) quase todas as reunião eu estava junto com os outros líderes, né (Entrevista, 06/12/2014).

Ao ser questionada sobre o motivo da escolha das terras, para morar e reconstruir a casa, a resposta adquirida e relatada pela reassentada revela a qualidade das terras, e que a escolha foi feita pelos lavradores.

(...) quase todo dia tinha o pessoal da Cemig né, lá conversando com a gente né e já foi as empreiteiras pegou as casa né aqui e foi passando o tempo, eles fazendo as casas e a gente visitando sabe, (...) trazia a gente pra visitar pra escolher as terra, foi mostrando terra, mostrou várias terra né,(...) a segunda terra que eles mostraram foi aqui, aí, nós gostamos dessa terra, (...) nós gostamos porque aqui é uma terra baixa lá onde nós morava era muito difícil (...) era muito morro, carro, não tinha acesso de carro, né, então nós gostamos porque a terra é muito boa, e eles conhecem de terra, que lavrador, né conhece de terra, né? Então eles olhou a terra e gostou... aí a gente veio e todo mês a gente vinha aqui fazer visita (Q., Entrevista, 22/11/2014).

Para reforçar a escolha das terras consideradas boas, a reassentada relata que a terra é boa para produzir alimentos como o feijão. “Aqui a gente planta feijão, o ano passado meu marido colheu 100 sacos de feijão, (...) esse ano colheu bastante (...)” (Q) (Entrevista, 22/11/2014).

Ainda com relação à escolha da fazenda, de acordo com os reassentados, havia a possibilidade de escolha entre três fazendas e que foi escolhida a melhor. De acordo ainda com o Sr. J. a terra onde morava possuía uma quantidade maior de morros. No entanto, a fazenda escolhida possuía algumas características semelhantes às terras onde moravam.

A maioria escolheu aqui escolheu essa fazenda aqui, porque tinha as mesmas características de nós lá, o mesmo clima, margem do rio, que nós toda vida dependeu muito do Jequitinhonha, né (...) que nós sobrevivia muita vez dos peixes da pesca do garimpo, né, hoje eu quase vou no Jequitinhonha quando dá saudade dele, né (J., Entrevista, 22/11/2014).

Entretanto, segundo o Sr. J. não foi um processo fácil fazer com que a Cemig cumprisse com o acordo ou as solicitações propostas pelos atingidos. Somente após muitas reuniões, os atingidos conquistaram as demandas reivindicadas:

Depois do termo de acordo assinado pela Cemig, o governo do Estado, o ministério público, a FEAM, o COPAM, né os órgãos ambientais (...) ainda deu pano pra manga pra fazer a Cemig cumprir, né, até que fez ela cumprir, isso demorou dias e dias em Belo Horizonte né, com reunião, com o ministério público, eles deram muito apoio assim uma parte, é assim, eles ficaram dividido, né, que ele não podia tirar o apreço da Cemig e nem podia tirar o apreço do atingido que nossa história ela foi construída com muita raça e com muita transparência. Até que chegou o consenso deles conseguir, a nós conquistar aquilo que eles colocou no termo de acordo, que foi terra, casa, água, luz e como diz, dá a gente apoio até o primeiro ano, a próxima safra, né, isso a Cemig cumpriu direitinho (J., Entrevista, 06/12/2014).

Outro momento difícil vivido pelos atingidos diz respeito à saída de seus territórios. O Sr. J. relembra o acontecimento:



Eu no começo, eu não queria sair não.

Pesquisadora: Por que não?

Eu não queria sair porque a gente é o seguinte, a gente fica muito apegado nas origens, da gente a gente vamos ver às vezes a mudar a consequência, nós nunca tinha mudado, né, isso é um drama que passa pela cabeça da gente como que você vai sobreviver em outra região, você largar sua região aonde você tem conhecimento com o dono do armazém, conhecimento com o dono da farmácia, conhecimento com todo mundo, você vai pra um lugar onde você não conhece ninguém, isso eu preocupei, né (J., Entrevista, 06/12/2014).

Nas entrevistas e conversas com os atingidos, é possível perceber que a maioria não queria mudar de seus territórios, para a instalação da Hidrelétrica. E na fala a seguir, nota-se como foi difícil para os reassentados aceitar o processo de mudança. “No início, não foi fácil, que a gente nunca tinha mudado, né, que o lugar igual eu falo, nós nasceu, criou foi lá, criou a família toda, a gente achava difícil, nunca tinha mexido com mudança, né” (G., Entrevista, 01/03/2015). Ou ainda: “foi uma coisa muito difícil pra nós, pra quem era atingido, que nós, nós não tinha né, obrigação de estar passando por isso, nós não pediu pra fazer barragem, nós não pediu pra fazer nada, foi difícil pra nós” (G., Entrevista, 01/03/2015).

Na continuação do fala do Sr. J. nota-se todo um processo de negociação dos engenheiros contratados pela Cemig, para convencer os atingidos a aceitar a desapropriação.

Eu estava mexendo com garimpo até no Peixe Cru e foi quatro engenheiros lá pra falar comigo, (...) e eu queria falar pro senhor se o senhor ficar ali vai vim isso vai vim aquilo outro, ele falou sobre isso, a água vai chegar num nível alto, você não vai ter sossego, a hora que você ver aquele mar de água, você está acostumado com o rio cheio, mas que você ver aquele mundão de água sem fim você vai preocupar, e o que que nós vamos fazer com o senhor? (J., Entrevista, 06/12/2014).

Quando a decisão de mudar foi aceita ou quando cinquenta por cento da comunidade optou pela mudança, foi escolhida a fazenda Riacho da Porta, no município de Diamantina. Como mencionado anteriormente, havia a possibilidade de escolher entre três fazendas. Além de Riacho da Porta, os reassentados visitaram uma fazenda na região de Capelinha e outra fazenda no município de origem dos atingidos. Entretanto, a comunidade de Cana Brava optou pela escolha da fazenda Riacho da Porta.

No entanto, o processo de desapropriação e reassentamento provocaram no momento de escolha do local para morar alguns desentendimentos entre uma parte dos moradores da comunidade, pois nem todos queriam mudar para a fazenda. Alguns atingidos mencionam que no momento de escolher a terra para deslocar, houve uma divisão do grupo, onde sete famílias queriam escolher outras terras, e a outra metade não. Somente em momento posterior, quando oito famílias optaram pela fazenda Riacho da Porta, foi realizada a negociação final com a Cemig, e a mudança para o município de Diamantina.

A resistência demonstrada pelos atingidos pode ser revelada na vontade de ficar no lugar onde nasceram e enfrentar até mesmo as dificuldades que seriam impostas pela instalação da Hidrelétrica, como atravessar o rio:

Ia enfrentar ficar, né, enfrentar ficar porque nós tinha um outro terreno do outro lado, onde meu pai morava ainda existe esse terreno lá, né a gente ia enfrentar a atravessar o rio, e ele falou muito sobre isso, sobre atravessar o rio, sobre o assoreamento do lago que ia ter época que não ia dá pra mim atravessar que até as canoas ia aterrar, igual tá acontecendo lá agora, né. Então tudo isso ele falou pra mim, aí eu falei não, você sabe de uma coisa, se o pessoal escolher a fazenda Riacho da Porta, eu vou, e vou continuar sendo o líder, (...) aí 50% escolheu a fazenda aqui, nós era quatorze sete escolheu, aí sete não escolheu aí eu falei então eu estou com sete, vai ser oito. (J., Entrevista, 06/12/2014).

Outro processo mencionado pelos atingidos como difícil foi o dia da mudança. No relato do Sr. J. abaixo, nota-se a diferença e como foi chegar em um lugar onde não havia nada.

Nós mudamos no dia 5 de acho que foi de Setembro, (...) é que ainda fui com a família na festa da Caçaratiba, né. Mas quando nós chegamos aqui, ô Renata, nós achamos tudo estranho, você chegar você largar uma casa, igual nós largamos lá toda rodeada de mangueira, de pé de manga, de laranjeira de fruta no quintal e você chegar num lugar que essa casa não tinha nada, só a casa aqui, só esse corpo dessa casa, nem essa área não tinha, isso eu fiz tudo na carreira.(...) É, você chegar não ter um pé de árvore pra você ter uma sombra é difícil (...). É muito difícil, a gente tinha dia que eu sinceramente eu chorava, eu lembrava, que vida é essa minha, a gente construir tantos anos, ter as plantação ter as sombra, né (J., Entrevista, 06/12/2014).

Alguns atingidos mencionam que o carro que trazia a mudança havia quebrado na estrada. E mesmo sendo transportados em carros separados, a mudança demorou a chegar, fato que trouxe mais insegurança no momento inicial de fixação nas novas terras. Outro fator que trouxe medo diz respeito a um boato que havia ladrões que apareciam na fazenda. Alguns atingidos mencionaram o medo de estar em um local estranho.

Lembram, também, a organização da mudança. As telhas da casa foram retiradas na noite anterior ao dia da saída:

O dia da saída não foi muito bom não, eu falar a primeira coisa, quando amanheceu o dia pra mim não vê a casa eu sai e olhar a casa aonde eu nasci eu comecei a tirar as telhas cedo, e aí aonde eu e os meninos tudo falamos vão tirar as telhas de tudo de madrugada nós começamos a tirar as telha da casa pra hora que nós sai vê a tapera (...) Aí nós começamos a tirar, derrubar a parede, tirar as madeiras, quando a Cemig chegou já estava tudo... “ó sr Zé o sr já fez isso”? Eu falei, ó, né. A derradeira coisa que vai sair de dentro de minha casa era um retrato de minha mãe na parede, né. Quando eu saí eu não aguentei, aí mas já tinha dois psicólogo que já vinha não seu Zé: a vida é assim é muito difícil, mas você sabe o que que você vai fazer, aí você vai conquistar outros amigo, outro patrimônio em outro lugar, você vai ser muito feliz, o sr é um cara de muito... como diz de muito diálogo, de muito carisma, né. Aí mais só de falar pra você na hora de sair de casa é difícil, é duro, né. Aí eles já vai com os carro já pra trazer as pessoas, o carro foi lá em casa pegou minha família,

mas eu tive que ainda ficar pra trás que eu tinha que trazer os cachorros (J., Entrevista, 06/12/2014).

Outros fatores trouxeram desconforto para os atingidos nos momentos iniciais, como isolamento da fazenda, barulhos ouvidos no período da noite, feitos por desconhecidos, e além de gado solto. Outra dificuldade mencionada pelo Sr. J foi deixar as terras que são de herança familiar. Os atingidos mencionam a realização de retornos ao território onde moravam. Com relação às visitas realizadas, o Sr. J. relata:

Volto direto, direto eu volto, né, todo final de semana os menino sempre quando eles tem tempo eles vai pra lá eu vou, né, mas eles gostam de ir pescar. (...) Esse outro terreno do outro lado, né, eu já gosto de ir aonde eu nasci, é minha origem, eu tô até querendo fazer um barraco lá, é pra gente ir lá final de semana, fazer isso, é lazer todo mundo que tem um pedacinho na beira do rio tá construindo, né (J., Entrevista, 06/12/2014).

Outras falas revelam as impressões dos atingidos sobre a hidrelétrica de Irapé.

Bom o projeto de Irapé é o seguinte, igual eu te falei, a gente, até hoje assim, a gente, a história da gente foi construída lá na minha origem e ele é o seguinte mudou a gente pra outra região, a gente como essa história aqui, a história vai ficar pros novo, né, mais em alguns pontos se todas barragens que surgir no Brasil e no mundo o pessoal organizar igual nós organizaram, construir barragem não é coisa ruim não, né. Então, teve a negociação que a gente não esperava que eles desorganizou a gente no começo, né, que aqueles grupo que vinha que não falava, quando eles descobriram que a gente descobriu que era pra barragem, eles chegava pra gente, pra que você plantar? Você vai plantar um pé de laranja pois se você vai plantar esse pé de laranja a água vai e mata. O povo foi desestimulando né (J., Entrevista, 06/12/2014).

O Sr. J. menciona, na descrição acima, a desorganização causada devido à instalação da hidrelétrica; no entanto, revela a importância de organizar e reivindicar para garantir direitos para os atingidos, como ocorreu com os sujeitos desta pesquisa. A fala anterior demonstra a existência da relação de poder entre os atingidos, o Estado e a Cemig, e revela ainda as ações feitas pelos atingidos no contexto da relação de poder, que resultou no cumprimento de demandas solicitadas pelos atingidos como água, luz e terra.

Mesmo havendo poder em todas as relações entre as pessoas, Wolf (2003) analisa o poder como parte de um jogo onde alguns sofrem perdas, outros obtêm ganhos e podem desenvolver monopólios de poder que, por sua vez, geram forças para desestabilizar posições preferenciais. O autor descreve o poder em algumas modalidades, como o poder que controla os contextos onde as pessoas exibem suas capacidades e há interação com as pessoas, com ênfase para os instrumentos que permitem controlar as ações de outras pessoas. Existe, ainda, outra modalidade de poder, o estrutural:

Isto é, o poder manifesto em relações e que não opera apenas internamente aos contextos e domínios mas também organiza e orchestra os próprios contextos e especifica a direção e distribuição de fluxos de energia. Em termos marxianos, refere-se ao poder de distribuir e alocar trabalho social. É também a modalidade de poder com a qual Michel Foucault se preocupava quando falou em “governança”, significando o exercício da “ação sobre a ação” (WOLF, 1993, p. 274).

No contexto da relação de poder entre os atingidos pela Irapé e a Cemig e o Estado, que impuseram a vontade de implantar a hidrelétrica e deslocar atingidos, com perdas irreversíveis para os deslocados, as ações realizadas pelos reassentados não ocorreu sem enfrentamentos com ambos, pois eles conquistaram indenizações, terras, e fizeram com a Cemig cumprisse o termo de acordo. Desse modo, o Sr. J. como representante da comunidade, revela a conquista de terras e indenizações como consequência dessa atuação.

De acordo com um dos atingidos, houve a atuação do Campo Vale - Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha que, procurava preparar os atingidos para reuniões com a Cemig, baseava-se na análise das limitações e potencialidades dos atingidos pela Irapé, visava preparar estratégias de organização, procurava auxílio de outras entidades, estimulava o intercâmbio de experiências entre os produtores em nível local, regional e nacional (PROJETO, 1992).

Com auxílio do Campo Vale, e de representantes de comunidades, em 1992 foi feita uma pesquisa com comunidades afetadas pela hidrelétrica de Irapé e posteriormente foi elaborado um pequeno livro sobre a história de várias comunidades que viviam às margens do rio Jequitinhonha, (ROCHA, 1992). No livro versos eram cantados por representantes às comunidades atingidas pela barragem, e visitas eram feitas para conhecer os costumes, o modo de produção, o que os atingidos achavam sobre Irapé e o que poderia ser feito para diminuir os impactos da Hidrelétrica.

Desse modo, a partir dos versos cantados por duas pessoas, a história de cada comunidade era apresentada às demais comunidades para que conhecessem a Hidrelétrica de Irapé e as mudanças que seriam promovidas nos modos de vida das comunidades. Na pesquisa, foi descoberto, por exemplo, que a maioria dos atingidos queria a terra, pois “eu planto na terra e eu cuido, na terra como diz, a terra não morre, né” (J., Entrevista, 28/02/2015). Um pouco da história dos atingidos pode ser lida abaixo:

Mandassaia, Cabra, Posses,  
Alegre, Santa Maria,  
Ouro Podre, Catutiba  
Mandacarú, Ventania

Senhores que não conhecem  
a terra norte mineira  
prestem atenção nesta história  
que ela é toda verdadeira.

É estudo feito com o povo  
de muitas comunidades  
pesquisa de vários dias  
pra descobrir a verdade

É o caso de nossa gente  
que está sendo ameaçada  
de perder terra e direito  
ficar no fundo largada

É tudo lugar sadio  
onde nós fomos criados  
nascemos, crescemos, tamos  
desde o avô mais recuado

Malhada, Buriti, Posses  
Zé de Barro, Ventania  
Mandassaia, Catutiba  
Acauã, Santa Maria

Jacuba, Soberbo Rio,  
Carqueja e Madacaru  
Alegre e Porto Coriz  
Cana Brava e Peixe Cru

Itacambira e Capão  
Paiol, Martelo, Degrêdo  
Santa Rita, Quebra Bunda  
Caçaratiba, Macêdo

Formoso Jequitinhonha  
Bem perto de todos verte  
Juntando com o Itacambira  
Correndo no rumo norte

Terra de caboclo sério  
de mulher trabalhadeira  
que roça, garimpa e cria  
tem serviço a vida inteira

Lutando com alegria

pra poder ganhar o pão  
usando a força dos braços  
pra sustentar a nação (...)

O Rico Jequitinhonha  
Sendo o banco da pobreza  
é onde os fracos tem conta  
de lá sai sua riqueza (...)

Outras partes versam ainda sobre a importância da família, do rio e da terra, para os lavradores:

Não temos muita riqueza  
só o rio, a terra, a alegria,  
coragem pra o tempo seco  
e pra lutar todo dia.

Havia, também, um receio de que houvesse desarmonia, desestruturação entre as famílias devido à chegada da barragem. Em outros momentos, os versos que são cantados mencionam algumas especificidades de cada comunidade atingida; sobre Canabrava por exemplo:

pra cima do rio existe,  
lugar de muito respeito,  
Canabrava, terra grande  
de muito homem direito (...)

Podem ainda ser confirmadas, pelos versos, as falas de alguns atingidos entrevistados, que, devido à impossibilidade de não construção do Hidrelétrica de Irapé, restou apenas negociar para conquistar terras boas, indenizações “justas”:

mas ainda de todo modo,  
se não tiver solução  
queremos nossos direitos  
em justa negociação.

Indenizem casa e pasto  
engenho, repartição,  
terra, pomar e garimpo,  
direito, mata e galpão.

Em outros momentos, há descrições que valorizam as terras dos lavradores:

diz que nossa área é pobre,  
que nós vivemos na estrada,  
mas o certo é que a empresa  
daqui não conhece nada.

Podemos cantar pra todos,  
as glórias da nossa terra-  
as tantas belezas juntas (...)

Para finalizar, os seguintes versos falam do direito à cidadania e o desconforto causado pelo Estado:

os mandantes do Governo,  
em vez de trazer progresso,  
traz medo, miséria e briga,  
traz desconforto e fracasso.

Mesmo sendo povo fraco,  
que vive do ganho do dia,  
nós todo temo direito,  
queremos cidadania.

Desse modo, as histórias de cada comunidade eram levadas às outras comunidades atingidas, o que, junto com a atuação do Campo Vale, auxiliou aos atingidos pela Hidrelétrica de Irapé o direito de escolher suas terras, e indenizações. As referidas ações foram essenciais para que os atingidos tivessem acesso a alguns direitos.

## CAPÍTULO 3

### “TERRITÓRIOS”

A proposta deste último capítulo é entender as práticas, o que tem sido feito pelos atingidos para reconstruir a vida em outro território. Para compreensão de tais objetivos, fez-se análise da pesquisa realizada com os atingidos em sua comunidade.

Na primeira parte do capítulo, consta uma explanação sobre os atingidos, sobre quantos foram deslocados para o atual lugar em que se encontram e quantos são atualmente. Comenta-se sobre a escolha pela fazenda Riacho da Porta, a disposição das moradias, a forma como foram construídas e como se encontram no momento. Por fim, faz-se no final da primeira parte, comentário sobre o que existe na área comunitária da atual comunidade.

Na parte seguinte, comenta-se sobre a religiosidade dos atingidos. Alguns rituais religiosos são descritos e foram verificadas as mudanças dos atuais cerimoniais quando comparados à forma em que eram realizados, no momento anterior ao deslocamento.

Aborda-se no item seguinte, a existência do vínculo de alguns atingidos com o território modificado pela represa, nota-se a saudade da terra mesmo após o alagamento, o que revela a importância do território de herança dos reassentados. Assim, a materialização do passado, encontra-se presente nas casas, na forma de produção da comunidade.

#### 3.1 A apropriação do território

Os reassentados na fazenda Riacho da Porta tiveram a opção de escolher entre três fazendas, fato mencionado em momento anterior. No entanto, como relatado por alguns atingidos, não foi muito fácil fazer com que a Cemig cumprisse com o termo de acordo ou dialogasse. Situações como as citadas estão presentes no contexto desencadeado por projetos de “desenvolvimento” como os de hidrelétricas:

“Dramas desenvolvimentistas” são tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais *outsiders*. O fato de *outsiders* pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e



racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento – isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será – implica a apropriação, por parte dos *outsiders*, do poder das populações locais de serem sujeitos dos seus próprios destinos. De sujeitos de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (RIBEIRO, 2008, p. 12).

Dessa maneira, o contexto desenvolvimentista cria dois sujeitos distintos, um passivo e o outro ativo. O primeiro refere-se a pessoas transformadas em objetos de “desenvolvimento”, como é o caso dos reassentamentos impostos, onde os atingidos também podem lutar para manter ou recuperar seus territórios. Os sujeitos-ativos e passivos podem se originar de duas maneiras: “de-cima-para-baixo” podem ser criados “sujeitos-passivos”, modelo mais autoritário, em que não existem medidas compensatórias para as populações atingidas e preocupação com as formas tradicionais das comunidades. A abordagem “de-baixo-para-cima”, por sua vez, pode criar “sujeitos-ativos” e ser considerada, por isso, como mais sensível às populações atingidas, “mas esse modo participativo acaba sendo uma tentativa de compensar a perda estrutural de poder que caracteriza as relações entre populações locais e outsiders quando um projeto é iniciado” (RIBEIRO, 2008, p. 13).

No contexto desenvolvimentista existe de maneira significativa a criação de sujeitos-passivos. No entanto, na relação entre os atingidos pela Hidrelétrica de Irapé e a comunidade reassentada, houve o cumprimento de requisitos presentes no termo de acordo. Conforme os atingidos pesquisados, a conquista de terra, água, luz, configura o resultado da participação ativa de sujeitos atingidos. No entanto, mesmo “que seja a abordagem, “de-cima-para-baixo” ou “de-baixo-para-cima, poder e sistema político local sempre serão impactados por intervenções desenvolvimentistas” (RIBEIRO, 2008, p. 13).

Os atingidos pela Irapé, ao visitar algumas fazendas, escolheram a fazenda Riacho da Porta que pertencia a uma família do município de Diamantina. Segundo os reassentados, havia na fazenda duas casas antigas, pertencentes aos antigos donos. Uma dessas casas, a primeira encontrada quando se chega à fazenda, foi ocupada por uma família reassentada que manteve a estrutura inicial da casa, mas fez uma construção aumentando o tamanho da residência original.

A distância das atuais casas da fazenda Riacho da Porta depende da quantidade de terras que foi conquistada pelas famílias. De acordo com alguns reassentados, o acordo estabelecido com a Cemig concedia direito a quarenta hectares de terra por família, e onde

houvesse filhos maiores de dezoito anos, havia o acréscimo de dez hectares. A família do Sr. J. por exemplo, recebeu oitenta hectares de terra porque possuía quatro filhos com idade superior a dezoito anos de idade. Outras famílias receberam somente quarenta hectares, porque havia somente a esposa e o marido.

De acordo com os atingidos, constava no termo de acordo com a Cemig o direito a receber quarenta hectares por família. Conforme os moradores, quatorze famílias que viviam em Cana Brava foram deslocadas para a fazenda Riacho da Porta, e receberam terras e a casa. Moradores da fazenda relatam, ainda, que a comunidade possuía dezessete famílias, mas algumas optaram não mudar para a fazenda, decidindo ficar no território de origem.

Entretanto, os reassentados mencionam que tais atingidos não vivem atualmente em Cana Brava, visto que se tornou um lugar inabitável devido à destruição de casas e escolas. Tal fato foi mencionado no colóquio realizado sobre a Irapé em 2009 e revela que há atingidos de áreas remanescentes do lago da Barragem de Irapé que ficaram sem estrutura adequada, o que impossibilita as formas de vida anteriores à implantação da hidrelétrica. Muitos atingidos sofrem ainda restrições para uso do ambiente devido às políticas ambientais (COLÓQUIO, 2009).

Os atingidos reconhecem que quatorze famílias foram reassentadas pela Cemig. No entanto, outra família atingida mas não reconhecida como pertencente à comunidade também foi reassentada na fazenda, o que configura a existência de reassentamento de quinze famílias. A mudança das famílias para a fazenda aconteceu na primeira semana de setembro de 2005, e foi feita de duas ou três famílias por vez. Aproximadamente três famílias mudaram no primeiro dia, entre elas, a que não foi reconhecida, composta por três moradores, que ficou com a casa antiga que havia na fazenda. Portanto, mesmo sendo uma das primeiras a se mudar, não teve a casa construída pela Cemig, como os demais reassentados.

Esta família teve a necessidade da assinatura do documento da terra de herança de todos os seus dezoito filhos herdeiros para que houvesse a desapropriação das terras pela Cemig de maneira a permitir o seu reassentamento. A demora da assinatura de todos os filhos dificultou a negociação da família com a Cemig, já que alguns herdeiros moravam em outras cidades, fator que ocasionou a mudança sem que houvesse uma casa construída.

Algumas queixas foram relatadas por dona G., uma das três primeiras reassentadas a se mudar para a fazenda, que diz não ter adquirido todos os direitos recebidos pelos demais atingidos:

Pesquisadora: A senhora acha que foi justo o que eles pagaram para a senhora?

G: Muito justo não, que eu achava que eu tinha o mesmo direito que os outros, mas eu aceitei porque já estava no final, né, porque eles não podiam fazer mais nada, porque já tinham empreitado as casas tudo, os empreiteiros já tinham entregado as casas já, então pra tornar empreitar mais uma só pra mim, eles achou que não adiantava, né, se eu quisesse aceitar era desse jeito, aí eu aceitei (G., Entrevista:28/02/2014).

A disposição das quatorze famílias na fazenda, respeitou de maneira significativa a forma de distribuição das casas construídas no antigo território. Tal atitude evitou conflitos por parte dos atingidos, que aceitaram a proposta de manter a ordem de existência das moradias no antigo município. No entanto, pequenas mudanças foram notadas, como uma troca consensual entre duas famílias, porque uma das referidas famílias queria ficar mais próxima da casa dos pais.

Com relação às quinze famílias que se mudaram para a fazenda, e às mudanças ocorridas na comunidade, um reassentado vendeu as terras para outra família porque possuía um filho que precisava de cuidados médicos; outro porque a esposa trabalhava próximo às terras de onde vieram, mas ainda frequenta a comunidade. De acordo com os reassentados, existem na fazenda dois lotes vagos, que seriam dos reassentados de Cana Brava e que se recusaram a deixar as terras de origem.

De acordo com relatos dos atingidos, a Cemig contratou uma empresa para deslocar os atingidos para as terras escolhidas, e os reassentados puderam carregar muitos objetos, como telhas das casas demolidas, arames que cercavam as casas, madeira. Quando falam sobre a construção das novas casas, os atingidos mencionam o projeto utilizado para construir os novos lugares de morar de forma padronizada, homogênea, composta pelos cômodos: sala, cozinha, três quartos e banheiro.

No entanto, grande parte das casas foi modificada, novos cômodos foram construídos, como novos quartos e varandas. Em algumas casas, objetos como telhas e madeiras, que faziam parte das casas demolidas pela Cemig, foram usados pelos reassentados para aumentá-las. Deste modo, pôde ser verificado que a padronização das casas feitas pela Cemig não comporta as especificidades e necessidades das famílias reassentadas. Esta questão é ilustrada por um atingido:

Eles fizeram um projeto, né, o projetinho deles era assim era a casa, que quando vai passar pra uma empreiteira ela que já está com o projeto, né. E a casa eles já fez o projeto deles, né, se a gente quisesse a casa maior, aí eles tiravam um pouco da indenização que a gente ia ter naquelas benfeitorias que a gente tinha lá, e eles colocavam na casa, mas a casa padronizada era só essa aqui (J., Entrevista ,06/12/2014).

No que se refere à composição atual da comunidade, de acordo com os moradores, existem vinte e duas famílias, que decorreram dos casamentos dos filhos dos reassentados. Como se passaram dez anos após o deslocamento dos atingidos, alguns filhos dos atingidos foram se casando, o que promoveu um aumento da atual comunidade. Alguns se casaram com mulheres que viviam próximas das localidades de Virgem da Lapa, e um deles se casou com uma mulher de Diamantina.

É mencionada por alguns reassentados a existência de morador que também vive na fazenda Riacho da Porta. Trata-se de um dos herdeiros da fazenda que, segundo relatos dos atingidos, se recusou a deixar a fazenda. Tal morador, posteriormente, comprou alguns hectares de terra de um dos reassentados, e atualmente vive junto dos atingidos. Um dos reassentados decidiu mudar para Turmalina e vendeu a terra para alguém que não fazia parte da comunidade.

Em conversa com os atingidos, é possível perceber os laços de parentesco existentes entre os reassentados, o que permite promover uma melhor coesão entre o grupo atingido. No entanto, a comunidade original, a que existia no território alagado, não existe mais, já que, como mencionado, verificou-se que alguns reassentados voltaram para o município de origem, um ficou entre os dois municípios, Diamantina e Turmalina, e outros tornaram-se residentes na fazenda compondo a comunidade atual.

Trata-se de uma comunidade reassentada, cuja forma de trabalho, baseada na família, possui importância considerável. Woortmann (1990) analisa a família como um valor, com foco não na produção de bens materiais, mas na produção cultural da família enquanto valor. Os reassentados consomem o que plantam e alguns vendem seus produtos em localidades próximas, como, Olhos D'Água e em Turmalina. Neste último caso, notam-se os vínculos com o município de origem dos reassentados, Turmalina, pois alguns reassentados ainda vendem alguns produtos que fabricam no referido município.

A atual comunidade atingida possui uma área comunitária, uma fábrica de farinha, uma igreja e um posto de saúde. Na área, existem duas pontes que dão acesso as casas da fazenda. O Rio Jequitinhonha encontra-se a alguns metros da comunidade. A casa de farinha

existia no antigo território e podia ser usada por todos da comunidade. A igreja também fazia parte do antigo território dos atingidos. A Cemig indenizou a igreja e a fábrica de farinha, e construiu a escola e o posto de saúde, este último, por sua vez, não existia no antigo território, mas foi construído na atual comunidade após solicitações dos atingidos:

A fábrica de farinha, quer dizer, eles deram fez o preço e deu o dinheiro, a igreja também a mesma coisa, agora, a escola e o posto de saúde já foi a Cemig que construiu. O posto de saúde nós não tinha, mas aí todos os reassentamento tinha, né, nós tinha um atendimento quando ia o pessoal da saúde ia atendia no grupo, aí a gente pediu, aí eles construiu o posto de saúde (J., Entrevista, 06/12/2014).

Atualmente, alguns jovens da comunidade se queixam da inexistência de uma área de lazer. Alguns jovens da comunidade mencionam que eram crianças quando mudaram para a fazenda, portanto, não solicitaram que fosse feita uma área de lazer para os jovens. Existe apenas um local usado pelos jovens como campo de futebol. Há outro local sendo construído pelos atingidos para colocar um tear, que poderá ser usado para fazer artesanato.

### **3.2 A religiosidade**

Algumas práticas religiosas continuam sendo realizadas pelos atingidos ao longo do ano. Comemora-se, por exemplo, a festa de São Pedro, no mês de Junho. Este ano, a festa de São Pedro aconteceu nos dias 27 e 29 de Junho, onde foi celebrada uma missa, seguida de “levantar o mastro”. Em seguida foi feito um leilão, e, por fim, serviram comida para todos que estiveram na comunidade celebrando a festa. Os reassentados mencionam a participação de parentes que moram próximos das terras em que viviam. Sendo assim, a festa de São Pedro faz com que os parentes possam se reencontrar novamente.

Algumas mudanças são notadas pelos reassentados, no momento anterior ao processo de deslocamento. A comemoração de São Pedro acontecia com mais tranquilidade, havia uma procissão que ocorria durante o dia, e não havia pressa para acabar. Atualmente, todos os rituais da festa são celebrados em um único momento e durante a noite. Algumas mudanças foram comentadas por uma reassentada:

Pesquisadora: A festa de São Pedro esse ano foi muito diferente da festa que era lá? Um pouco diferente, que lá tudo assim, lá tinha mais tempo pra tudo, era procissão, lá tinha procissão durante o dia, do andor era diferente, tinha procissão durante o dia, quando era a noite tinha a procissão da bandeira, tinha a levantação do mastro, aqui o padre já chega à tarde, só tem a procissão da bandeira só. É diferente, lá a gente fazia caminhada com o andor (M.H., Entrevista, 26, 07/2015).

Outra mudança mencionada pelos reassentados (as), diz respeito a quem assume a liderança em realizar a festa. Havia uma alternância entre os “festeiros” que assumem tal responsabilidade. A cada ano, havia uma alternância entre um casal mais jovem e um casal de maior experiência, e no próximo ano será um casal mais experiente repetindo a experiência deste ano. No entanto, ainda não é possível afirmar que tal mudança se confirma. Segundo a opinião dos reassentados, tal fato ocorreu porque o casal se dispôs a assumir a festa do próximo ano e houve consentimento por parte da comunidade. Mesmo havendo um casal responsável pela cerimônia, foi mencionada a participação de muitos moradores da comunidade no auxílio à festa. E de acordo com os reassentados, os parentes e vizinhos que ficaram nas áreas próximas onde moravam, também vem para a comemoração.

No território alagado, comemorava-se também a novena de Nossa Senhora de Lourdes, no mês de Maio. Na comunidade atual, as rezas acontecem durante o referido mês. No primeiro dia e no último do mês, toda a comunidade se reúne na casa de um reassentado para terminar a novena. Para finalizar a celebração, os atingidos servem um café e biscoito para os participantes. A diferença entre a realização da cerimônia atual e a anterior era a existência de uma pequena igreja feita por uma família da comunidade para a novena de Lourdes.

A construção do referido local surgiu devido a demanda dos moradores que ficavam na casa do reassentado para a reza de Lourdes. Também havia na casa um altar no quarto. Devido à quantidade significativa de pessoas que participavam, surgiu a ideia de construir um local para realizar a celebração, e atualmente não há na comunidade um local separado especificamente para a novena, que é realizada na casa de uma família reassentada.

A novena mencionada era considerada na antiga comunidade como novena de Zé Martins. Entretanto, a atual igreja existente na fazenda, não foi construída para rezar a novena, pois tratava-se de uma novena da família do José Martins. O Sr. J. relata como surgiu a referida novena.

Meu pai um ano, diz ele que teve um problema de saúde aí ele fez uma promessa, né, com o Divino, que tinha o dia do Divino lá, que era uma tradição, aí ele fez (...) de girar, acompanhar o Divino um ano, aí ele acompanhando o Divino, isso foi na década de 30 pra 40, diz ele, né, aí ele passando numa comunidade que fica aqui perto do mercadinho, (...), fica aí pra baixo de Carbonita um pouco né, aí numa grota lá, eles chegaram na grota assistindo uma missa lá, aí o padre, o bispo estava lá, esse dia lá pregando, falou ó gente era mês de maio, quando chega o mês de maio, cada um pai de família tem sua casa, ergue um altar e, como diz, reza faz uma novena com Nossa Senhora, e ele colocou aquilo na cabeça chegou e falou com mamãe. Mamãe ainda estava muito nova naquela época, falou ah, pois vamos (...) aí

começou aquela novena e vinha os vizinhos, com pouco isso foi vindo gente, com pouco foi preciso nós construir uma igreja, né (J., Entrevista, 06/01/2014).

Outra diferença com relação às festividades no território anterior à mudança diz respeito à festa do Divino do município de Turmalina. A festa mencionada iniciava nos meses de Maio, Junho e Julho, e o giro do Divino começava na casa de um morador e era levado às demais casas da comunidade de Cana Brava. Arrecadava-se dinheiro para comemorar a festa do Divino em Turmalina no mês de Julho. Atualmente, também comemora-se a festa do Divino na fazenda, que aconteceu somente em um único dia. O dinheiro arrecadado com o giro fica para a celebração de São Pedro ou para a igreja. Este ano, comemorou-se em Junho, com o giro indo as casas dos moradores da comunidade, e terminando com um jantar servido a todos os participantes, seguido da reza do terço e de um leilão.

(...) eles levanta cedinho (...) e desce mais o pessoal e já desce uma fila de gente (...) aí chega aqui (...), todo mundo vai os meninos vão pra aqui afora e de uma altura pra baixo já vai um povão, já vai direto começa de lá, lá às vezes almoça, ou toma café, já está marcado o almoço aqui em cima, (...) de lá eles cortam, o carro trás eles até numa altura aí já desce girando, fazendo as casa todas até na última lá, aonde que vai ser o pouso, ali agora terminou, deu a tarde, eles dão uma janta, simulando o que era antigamente dá a janta, reza o terço, grita uns leilão e aí agora finalizou a festa, finalizou o giro, mas só um dia só (J., Entrevista, 25/07/2015).

Quanto às festividades religiosas, foi possível perceber um esforço dos reassentados para que tais cerimônias continuem a ser celebradas, não exatamente da maneira que eram realizadas antes, mas de modo a tentar manter a identidade da comunidade e da maneira que é possível.

Notou-se também que as comemorações antes realizadas no outro território permanecem vivas na memória. As realizações e as tentativas de continuidade das festas antes realizadas no território atingido pela Irapé fazem com que a ruptura provocada pelo deslocamento rompa com algumas estruturas do grupo, promovendo alterações nas realizações das celebrações, pois o território anterior não existe mais. No entanto, para que a comunidade não se perca, existe a busca de ponto de apoio, de modificações nas maneiras de realizar as comemorações, de interagir com o território ocupado, para que as lembranças possam sobreviver e identidade possa ser preservada (LUCENA, 1997).

Desse modo, as principais práticas religiosas foram descritas acima. Sendo assim, outras celebrações não foram mencionadas pelos reassentados de forma significativa, como cultos que também são realizados durante os domingos e organizados pelos próprios reassentados.

### 3.3 Entre “territórios”

Ao retomar a discussão sobre territorialidade, como o esforço de um grupo para usar, ocupar, controlar o ambiente (LITTLE, 2003). Foi possível identificar o esforço da comunidade pesquisada na construção de uma “nova territorialidade”. Foram verificadas as tentativas de adaptação nas terras adquiridas, onde há produção de alimentos para consumo e para comercializar em outras localidades. De acordo com os atingidos, no primeiro ano em que se mudaram para a fazenda, houve uma produção considerável de alimentos. Verifica-se assim, a importância da terra para os reassentados, pois muitos justificam a escolha da terra porque eram boas para produção.

No entanto, o processo de desterritorialização dos atingidos promovido pelo Estado e pela Cemig, ocasiona destruição de formas culturais de comunidades atingidas, “uma desterritorialização como perda de acesso à terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico (...), mas também como *locus* de apropriação simbólica” (HAESBAERT, 2005, p. 1772). A importância da terra em que viviam os atingidos se manifestou durante a análise de campo. Alguns reassentados ainda sentem falta das terras de origem, e ainda realizam visitas ao local. Há poucos meses, um atingido foi novamente com alguns filhos em Cana Brava. Mesmo com a derrubada da casa, ele ainda sente falta da morada e pretende fazer uma construção no território modificado pela represa. De acordo com a esposa do atingido, ele ainda não esqueceu o local. Em entrevista com o senhor A., a saudade do lugar onde viva também se manifesta quando retorna ao local de origem:

Pesquisadora: De vez em quando o senhor volta lá? O senhor lembra quando foi a última vez?

A última vez foi em Outubro do ano passado, eu tive descendo de pé, andando nas beiras lá, onde nós moramos.

Pesquisadora: o senhor sente falta?

A gente fica recordando o tempo que a gente conviveu ali era uma vida sofrida, que nem estrada não tinha (...) a gente fica recordando o tempo que a gente viveu ali e tem saudade (A., Entrevista, 26/07/2015).

Em outra entrevista, verifica-se a importância do território para o Sr. (J) e o significado existente em construir no território que pertenceu aos seus antepassados. Assim, há um forte apego ao lugar onde viviam.

Que é da família, é da família que veio do meu bisavô, é tataravó, né, que a vó, a tataravó era escrava. Então, por isso eu falo pra você, a gente, você tem amor na



terra no lugar que nasceu, você sai você constrói outra história, mas quando dá uma trevazinha a gente quer ir lá pra ver, acontece que eu vou lá, eu chego no aterro da casa eu olho puxa vida, eu pego a chorar, eu pego a chorar porque se lembra do tempo de infância. (J., Entrevista, 06/12/2014)

Sobre a casa onde residia com a família, o Sr. J menciona a distância existente entre a barragem e a casa destruída. A casa não foi inundada, mesmo assim, foi derrubada para a construção da hidrelétrica. O atingido comenta sobre a casa:

Ficou a cozinha ficou lá até pouco tempo, agora mesmo eu estive lá, limpei lá no arredor da onde era a cozinha, ainda tinha uma parede em pé, limpei tudo lá onde era o aterro da casa, mas a barragem ainda fica assim a uma distância, a água vem com daqui naqueles pés de gameleira, assim só (J., Entrevista, 06/12/2014).

Ainda permanece na memória de alguns atingidos os lugares, pois ali nasceram e construíram famílias. Outro fator importante para alguns atingidos, diz respeito às terras de herança. As terras do território atingidas pela Irapé são descritas pelos reassentados como terras com muito relevo, morro, e que eram de herança dos avós do Sr. J, onde todos da comunidade viviam.

O Sr. J. relata como ocorreu a ocupação do antigo território, e que apesar da demolição de casas para construção da Hidrelétrica, ainda existe parte do referido território. O documento das terras de herança também existe e encontra-se com um dos donos do antigo território e data de 1880. Nas palavras do Sr. J.:

Que esse terreno é o seguinte, como diz, é uma terra que se a gente mexe, ela foi uma terra que foi recebida que meu bisavô foi escravo, né, e no ano dele entrar pra trabalhar como escravo, que ele era filho de escrava, né, aí veio a alforria, quando veio a alforria o que que faz, o patrão deles que falava, o senhor na época deles era muito bom, deu eles esse pedaço de terra nesse, que lá é um, quase do tipo de uma ilha assim, no Jequitinhonha beirando o Jequitinhonha, deu esse pedaço de terra, um documento acho que uma quarta de terra deu pra ele, aí ele ficou mais a mãe dele nesse pedaço de terra, lá eles já começaram a fazer pra eles, né ali ele casou criou a família dele, né, tornou secundar o casamento, veio os filho e os filho foi casando, casou e ficou ali cuidando dele e cuidando do terreno, né, aí que já veio os filho dos filho que já era meu pai, que já meu pai ficou morando no lugar, meu tio fez a casa do outro lado do córrego, e aí eles foram comprando terra pra região que adquiriu mais terra, mas tem esse pedacinho de terra e tem esse documento (J., Entrevista, 06/12/2014).

A descrição acima revela a história e o início do antigo território dos atingidos, que se originou de uma terra recebida pelo bisavô do Sr. J. Com o decorrer do tempo, outras terras foram adquiridas, o que resultou no território da comunidade dos atingidos. Vicente Martins dos Santos foi citado pelo reassentado como quem originou a família dos atingidos, que ainda se consideram donos do território em questão. É possível perceber que muitos são herdeiros das terras mencionadas, por descenderem do Vicente Martins. Grande parte dos atingidos

entrevistados menciona que ficaram terras no território próximo à barragem, pois somente a área alagada foi negociada com a Cemig.

Nesse caso, alguns reassentados que ainda sentem falta do local onde nasceram, fazem planos de fazer uma casa no antigo território, para que as visitas possam ser feitas com maior frequência, pois não esqueceram o lugar onde nasceram, mesmo após o processo de mudança do lugar, sem a existência das casas originais e dos moradores. Entretanto, alguns reassentados podem perder completamente as terras que ficaram, como é o caso de um atingido de maior idade, que não voltou mais ao antigo território devido à idade avançada.

Nas casas atuais, as reminiscências do passado estão presentes, e muitos moradores aumentaram as casas. Muitas ainda guardam lembranças das residências originais. Os quintais também lembram os quintais das antigas moradas, pois grande parte dos reassentados ainda constroem lugares para guardar os produtos que produzem de modo muito semelhante aos que existiam nas antigas terras. Dessa maneira, a presença das antigas lembranças também se materializa no vínculo que ainda existe com o antigo município.

A presença de relações também existentes com o território anterior também se faz presente quando alguns reassentados precisam vender os produtos da atual fazenda em municípios vizinhos. Apenas uma família de reassentados vende seus produtos no município de Diamantina, outros comercializam com municípios vizinhos como Olhos D'Água, e também em Turmalina, município onde era vendido anteriormente, revelando a presença das relações sociais com o território anterior. Em entrevista com o senhor A:

Pesquisadora: Vocês produzem só para casa ou vocês vendem fora?

Não, produz pra vender.

Pesquisadora: Vocês vendem onde?

Pra todo lado, pra região aqui mesmo, Bocaiúva, Olhos D'Água, Diamantina, Turmalina, é o lugar que a gente veio, a gente tem contato muito grande com o pessoal de lá, né, então a gente tem muita facilidade pra negociar com o pessoal de lá, até por telefone mesmo você negocia, eles buscam a gente leva (A., Entrevista, 26/07/2015).

Dessa forma, trata-se de uma territorialidade que se constrói, que se faz com a presença dos antigos lugares e lembranças, em que existem ainda comportamentos que tentam lembrar os realizados no antigo território, como a distribuição das casas, mencionada anteriormente. Outro fator observado, e que revela a existência de vínculo com o antigo território, diz respeito a relação com os antepassados, com os mortos. Fato revelado devido a um enterro de um morador de Riacho da Porta. Até o momento houve apenas uma morte na

comunidade, e seu enterro se deu no antigo município, próximo às terras onde moravam e onde os mortos da comunidade eram enterrados. Sobre o enterro na fazenda, disse uma das entrevistadas:

G: (...) agora, depois que nós estamos aqui, já morreu só uma pessoa e enterrou em Caçaratiba.

Pesquisadora: e foi enterrar lá?

G: Foi, ele era de lá ele quis ser enterrado lá, né, pois era o cemitério onde os parentes estão enterrados, achou melhor enterrar lá (G., Entrevista, 28/02/2015).

Os processos referidos revelam características do processo de reterritorialização. Segundo Appadurai (1997, p. 11).

A reterritorialização pode envolver o esforço de criação de novas comunidades residenciais localizadas (acampamentos, campos de refugiados, albergues) que se fixam não num imaginário nacional, mas apenas num imaginário de autonomia local ou de soberania de seus recursos. Nestas comunidades em “trânsito”, há com frequência um esforço no sentido de criar e defender várias formas de direitos (formais ou informais, legais ou ilegais) que permitam que a comunidade deslocada continue a ser reproduzir sob condições instáveis ao garantir acesso confiável aos meios materiais para reprodução: água, eletricidade, segurança pública, empréstimos bancários.

No contexto exposto acima, os reassentados da fazenda, mesmo em situações típicas do processo de reterritorialização, procuram dar continuidade às vidas, coexistindo a presença das memórias, do passado e do território atual com sua vivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas neste trabalho, como as reflexões sobre o conceito de desenvolvimento sob o viés econômico, cultural, institucional, entre outros, possibilitam compreender que as hidrelétricas construídas no Brasil, como a Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha, ainda tem o licenciamento ambiental aprovado, mesmo quando há justificativas para a não construção das referidas obras. Pois vários são os impactos sociais, culturais, ambientais e danos irreversíveis causados às comunidades atingidas.

O desenvolvimento econômico se constitui como um facilitador para a construção de hidrelétricas, principalmente a Hidrelétrica de Irapé. Os órgãos estaduais, federais e as aprovaram a construção da represa utilizando-se do estigma de “pobreza” associado ao Vale do Jequitinhonha. No entanto, a partir de dados empíricos, nota-se que nem todos os atingidos pela Irapé queriam ter suas vidas modificadas pela Hidrelétrica, considerada um projeto de desenvolvimento, e não compartilham da mesma visão de pobreza, quando se leva em consideração apenas o fator econômico.

Para alcance dos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada pesquisa etnográfica na comunidade reassentada na fazenda Riacho da Porta. Tal método foi considerado como o que melhor se adequava à pesquisa, devido às suas particularidades, como possibilitar a compreensão dos detalhes, das expressões cotidianas. Enfim, permitia analisar as pessoas de uma maneira mais geral na sua cotidianidade.

A imersão no campo possibilitou compreender as dinâmicas sociais, culturais realizadas pelos atingidos para continuarem suas vidas. Notou-se um esforço na reprodução dos modos anteriores de vida, a partir da valorização da terra, da continuidade das festividades, e até mesmo da construção de artesanatos que não eram feitos anteriormente.

Ocorreram mudanças nos modos de vida dos atingidos, desencadeadas pela instalação da represa, como as idas frequentes de alguns moradores ao território de origem, as relações de trabalho ainda realizadas pelos atingidos, a reforma das casas, os quintais, lembranças do antigo território, numa tentativa de tentar resgatar ou não deixar que toda a identidade da comunidade seja totalmente perdida pela mudança.

Verificaram-se também algumas pequenas divisões do grupo, provocadas pela mudança, como a divisão inicial do grupo, em que metade da comunidade queria mudar para outra comunidade. Houve ainda alguns desentendimentos entre moradores provocados pelo processo de deslocamento de suas antigas terras.

Algumas falas dos atingidos também confirmaram as dificuldades provocadas pela instalação de hidrelétricas, dificuldades mencionadas no primeiro capítulo, que dizem respeito ao momento de saída do território de origem e de chegada na fazenda. O momento de saída foi mencionado como um dos mais difíceis de enfrentar, pois alguns atingidos não acreditavam que a mudança fosse ocorrer até o seu dia definitivo.

Embora a Hidrelétrica de Irapé seja considerada um projeto modelo, ainda assim o licenciamento se fez com condicionantes. O Ministério Público Federal contribuiu para possibilitar o licenciamento. Verificou-se que nem todos os moradores da fazenda foram reassentados com casa construída, há pelo menos dois casos. Nem todos os atingidos consideraram as indenizações justas, e alguns reassentados mencionaram o fato de que mesmo com a negociação das benfeitorias, a Cemig, responsável pela obra, definia o valor máximo e que os valores sugeridos pelos atingidos não podiam ultrapassar o valor da Cemig.

Ficou notório, a partir das entrevistas e conversas, que os atingidos não queriam a mudança. Foram observadas as inseguranças sofridas por alguns deles no dia da mudança. Algumas famílias demoraram mais tempo de viagem para chegar na fazenda no dia da saída, houve uma situação em que o carro que trazia a mudança quebrou, fator que prolongou a chegada. Algumas famílias mencionaram mudanças apressadas, sem que houvesse muito tempo para programar a saída. Um atingido mencionou que sequer conseguiu arrumar a mudança.

Enfim, a sensação que nada podia ser feito é visível em quase todas as falas, ou seja, confirma-se a “magnitude” e “importância” da obra em detrimento das famílias atingidas e modificadas. Devido a isso, e para tentar “diminuir” as perdas, houve a negociação com a Cemig, com o auxílio de entidades como o Campo Vale, a Comissão dos Atingidos, entre outros.

Desse modo, existe a tentativa de construção de uma territorialidade e o esforço da comunidade em continuar suas vidas, a partir dos meios que estão disponíveis para os

reassentados. Entretanto, muitos atingidos queixam-se do fim do contrato com a Cemig, que ainda não foi reformulado.

Outro objetivo proposto para este trabalho corresponde ao entendimento das representações, e definições observadas e auto definidas pelos atingidos. A partir de análise teórica e etnográfica, confirma-se que os atingidos entrevistados não se auto definem como atingidos, quando o termo associa-se às mobilizações. No entanto, se consideram atingidos no sentido das perdas provocadas pelo processo de deslocamento e alagamento pela represa. Dessa forma, verifica-se que foram citadas as palavras “lavrador” e “agricultor familiar” e que as famílias entrevistadas trabalham com a terra, produzem alimentos para sustento da família, ou comercializam em cidades vizinhas.

Algumas queixas foram ouvidas na comunidade, muitos reassentados queixam-se de descaso da atual prefeitura a que pertencem, e mencionam o abandono por parte da prefeitura de Diamantina, o que provoca um sentimento de não integração ao atual município. Foram ouvidas queixas de dificuldade de locomoção na comunidade. Muitos reassentados procuram auxílio médico e resolução de outros problemas em municípios como Bocaiúva e Olhos D'Água, cidades com melhor acesso para a comunidade. Alguns atingidos ainda sentem insegurança, e medo na fazenda devido ao falso rumor no momento da mudança de que havia ladrões pela redondeza, mas nenhuma situação de roubo foi relatada pelos reassentados.

Outro fator preocupante citado pelos reassentados, diz respeito à falta de documento individual da terra. O tempo de acordo feito com a Cemig para adquirir o documento da terra era de três anos. No entanto, já se passaram dez anos de mudança, e ainda há a espera do documento individual da terra. Os atingidos sentem como se ainda não fossem donos da terra, e há insegurança, devido a rumores de construção de outra barragem no rio Jequitinhonha, fator que tem preocupado alguns atingidos.

Portanto, chega-se ao final deste trabalho com a sensação de incompletude, e com a sensação de que muito podia ter sido escrito ou denunciado. Espero que este trabalho possa contribuir para que as reflexões a respeito da implantação de projetos de “desenvolvimento” possam continuar, e para que falas como as expostas aqui possam servir para reflexões e para dar voz aos reassentados.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre” “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional.** Novos Estudos Cebrap. n. 49, novembro 1997. pp 7-32.

AUGÉ, Marc. **Não lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas (SP): Papirus, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.** In: Sociedade e cultura. V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007.

CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães; SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido. **De quem é o direito? – consequências das privatizações das chapadas do Alto Jequitinhonha pela monocultura do eucalipto e exclusão das comunidades rurais.** III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de maio de 2006. Brasília – DF.

CARDOSO, Ruth C. L., **As aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método.** In: A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COLÓQUIO BARRAGEM DE IRAPÉ-UM BALANÇO DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS. Montes Claros: **Relatório**, 2009.

CORREIA, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2004.

FABIAN, Johannes. **A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação.** Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Oct. 2006, pp. 503-520. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em setembro de 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais.** In: Molina, M (ED). A pesquisa em



educação do campo. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006. p. 1-10.

GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. **As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha**. Perspectivas, São Paulo, n. 6, p. 85-100, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

GHON, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. cap. V. O paradigma marxista na análise dos movimentos sociais.pg.171-189.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOLDMAN, Márcio. **Alteridade e experiência. Antropologia e teoria etnográfica**. Etnográfica, v. X, n. 1, 2006, pp. 161-173

HAESBAERT, Rogério. **O mito da territorialidade: do fim do território à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: EDUSP, 2005.1 CD-ROM.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ISA. **Belo Monte: não há condições para a licença de Operação**. São Paulo: ISA, 2015.

JÚNIOR, Caio Prado. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KARPINSKI, Cezar. **Hidrelétricas e legislação ambiental brasileira nas décadas de 1980-90**. Revista Recursos. Florianópolis, v. 09, n. 02, p. 71-84, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LITTLE, Paul Elliot. **“Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”**. In: Anuário Antropológico, 2002/2003, pp. 251-290.

LUCENA, Célia. **Tempo e espaço na “arte da memória”**. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org). Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso de Tucuruí**. In: Tenotã-Mõ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. (org). FILHO, A. Oswaldo Seva. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Acidental**. In: Ethologia, n.s, n° 6-8, 1997, pp. 17-37.

MAIA, Cláudia de Jesus. **“Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2000. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu**. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Tecnologia).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. In: GIARRACCA, N. (Org). Uma nuevauralidad em America Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001, P. 107-133.

MICHERIF, Marcelo; SILVA, Victor Aluísio. C. **Cemig Inaugura Irapé.** In: Informativo Irapé. Belo Horizonte: Cemig nº 3, mai/jun.2006.p.04-05.

MICHERIF, Marcelo; SILVA, Victor Aluísio. **Construção de casas modifica paisagem.** In: Informativo Irapé. Belo Horizonte: Cemig nº4, Julho. 2004. p. 07.

MINAS GERAIS. Ministério Público Federal. **Termo de Acordo estabelecido entre o MPF, Estado de Minas Gerais, CEMIG e FEAM com intervenção da Fundação Cultural Palmares, Associação Quilombola Boa Sorte e da Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé.** Belo Horizonte/MG: Procuradoria da República em Minas Gerais, 2002.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de invasão e expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Lixo e cidadania:** uma experiência inovadora no Médio Vale do Jequitinhonha – MG. Belo Horizonte: PROEX/UFGM, 2007.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma:** catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial. Territorialização e fluxos culturais.** In: Mana: Estudos de Antropologia Social, 4 (1), 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice. (orgs). **Belo Monte e a questão indígena.** Brasília: ABA, 2014.

PAULA, João Antônio de. **Desenvolvimento:** tentativa de conceptualização. In: SOUZA, João Valdir Alves de; PIMENTEL, Maria das Dores Nogueira (org). Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFGM/PROEX, 2011.

PEREIRA, Viviane Guimarães. **Como a vida se refaz:** os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha. Lavras: UFLA, 2012.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 1999.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROJETO, **Pela sobrevivência com dignidade dos atingidos pela Hidrelétrica de Irapé**. Minas Novas: Campo Vale, 1992.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang (org.) **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 229-250.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro**. Unimontes Científica. Montes Claros, v. 5, n 2, jul/dez/2003. Disponível em <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/86/82>. Acesso em 23 de novembro de 2015.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. São Paulo: Novos estudos- CEBRAP, 2008. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

ROCHA, Benjamim. **História do povo da Beira dos Rios**. Belo Horizonte: Campo, 1992.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. **Águas aos olhos de Santa Luzia: Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiante em Nazaré Paulista (SP)**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 1999.

SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves; VALE, Ana Lia Farias. **O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração**. *Revista Faz Ciência*. Unioeste. vol. 7, n. ,12005, p. 11-26. 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região**. In: PIMENTEL, Maria das Dores (org.). **Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

SHERER – WARREN, Ilse. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais**. Revista Sociedade e Estado, vol.21,n.1,2006.

SILVA, Joaquim Celso Freire. **Políticas Públicas no Vale do Jequitinhonha: a difícil construção da nova cultura política regional**. São Paulo: Universidade IMES, 2005.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural do termo de Minas Novas**. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone. (orgs.). Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org.) **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 59-83.

SUPRAM JEQUITINHONHA: SUPERRINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Parecer Único**. Diamantina, 2010.

USINA hidrelétrica de Itaipu. **Revista desafios do desenvolvimento**. Brasília, nº 80, maio. 2010.

VAINER, Carlos B. **Águas para a vida não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil**. In: Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Rio de Janeiro. 2003.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

WERNER, Deborah. **Intervenção regional dos grandes projetos hidrelétricos: os casos de Sobradinho e Itaparica e reflexões sobre o período recente**. Leituras de Economia Política, Campinas, (18), 45-71, 2011.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder:** contribuições de Eric Wolf. In: Feldman, Bela; Ribeiro, Gustavo Lins (Org). Antropologia e poder. Etnográfica, Vol. VII (2), 2003, pp. 245-281.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia:** o campesinato como ordem moral. In: Anuário antropológico/87. Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. **Uma sociologia do licenciamento ambiental:** o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs) A insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. **Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos.** In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs) A insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento, água e mudança social:** experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.) Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e Sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

ZHOURI, Andréia; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Visões da resistência:** conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone. (orgs.). Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política de Irapé:** o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **O papel do Termo de Ajustamento de Conduta no Licenciamento Ambiental das Hidrelétricas.** III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de 2006. Brasília-DF.



## **ANEXOS**

### **1 - Termo de Consentimento livre e Esclarecido (TCLE)**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa intitulada: “Atingidos por barragem: uma análise cultural e política no Alto Jequitinhonha”, devido ao fato de ser atingido pela hidrelétrica de Irapé, coordenada pela pesquisadora: Renata Cristina Santos.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFVJM.

Os objetivos desta pesquisa são: analisar transformações e impactos, em uma comunidade rural reassentada no Alto Jequitinhonha, atingida pela hidrelétrica de Irapé devido à construção da Usina de Irapé. Caso você decida aceitar o convite, será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: entrevistas gravadas com a utilização de questionário previamente formulado. A entrevista poderá durar cerca de uma hora, e você poderá ser submetido a mais de uma entrevista, de acordo com as necessidades de obtenção de dados e informações pertinentes à pesquisa. O tempo previsto para a pesquisa junto à comunidade é de aproximadamente quatro meses.

Os riscos relacionados com sua participação são: o surgimento de possíveis constrangimentos decorrentes de temas abordados durante a realização de entrevistas, e serão minimizados pelos seguintes procedimentos: comprometimento da pesquisadora com a guarda da privacidade dos sujeitos da pesquisa.

Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser: esclarecimento quanto às discussões que dizem respeito a processos de desterritorialização e reterritorialização de comunidades atingidas por barragens; entendimento das transformações recentes ocorridas no Vale do Jequitinhonha; formulação e produção de trabalhos científicos na área de humanidades e no campo das Ciências Sociais.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações sobre sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal. No caso da pesquisa em questão, não estão previstos gastos, portanto não está previsto qualquer ressarcimento. Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenadora do Projeto Renata Cristina Santos  
Endereço Rua do Progresso, 243, centro, Senador Mourão  
Telefone (38) 3532-5042

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

